

DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

Nº 114

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 28 DE AGOSTO DE 2001

ANO XXVII

Mesa Diretora

HERMAS BRANDÃO

Presidente - PTB

ELIO RUSCH
1º Vice-Presidente - PFL

IRINEU COLOMBO
2º Vice-Presidente - PT

AUGUSTINHO ZUCCHI
3º Vice-Presidente - PSDB

VALDIR ROSSONI
1º Secretário - PTB

ANTONIO ANIBELLI
2º Secretário - PMDB

CESAR SELEME
3º Secretário - PPB

EDNO GUIMARÃES
4º Secretário - PSL

NELSON GARCIA
5º Secretário - PFL

ABIB MIGUEL
Diretor Geral

Lideranças

<i>Líder do Governo</i>	<i>Durval Amaral</i>
<i>Líder da Oposição</i>	<i>Waldyr Pugliesi</i>
<i>PTB.....</i>	<i>Carlos Simões</i>
<i>PFL.....</i>	<i>Plauto Miró Guimarães</i>
<i>PSDB.....</i>	<i>Sérgio Spada</i>
<i>PMDB.....</i>	<i>Nereu Moura</i>
<i>PPB.....</i>	<i>Tony Garcia</i>
<i>PT.....</i>	<i>Hermes Fonseca</i>
<i>PDT.....</i>	<i>Luiz Carlos Zuk</i>
<i>PSL.....</i>	<i>Edno Guimarães</i>
<i>PST.....</i>	<i>Divanir Braz Palma</i>
<i>PL.....</i>	<i>Serafina Carrilho</i>
<i>PSB.....</i>	<i>Moysés Leônidas</i>

Representação Partidária

PFL - 08 - Basílio Zanusso - Chico Noroeste - Cleiton Kielese - Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Garcia - Nelson Tureck - Plauto Miró Guimarães; PTB - 09: Ademar Traiano - Algaci Tulio - Carlos Simões - Hermas Brandão - Luiz Accorsi - Luiz Carlos Alborghetti - Nelson Justus - Ricardo Chab - Valdir Rossoni - Tiago Amorim Novaes; PMDB - 07: Ademir Bier - Antonio Anibelli - Caíto Quintana - Edson Strapasson - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Waldyr Pugliesi; PSDB - 06: Augustinho Zucchi - Beraldin - José Maria Ferreira - Luiz Fernandes da Silva Litro - Renato Gaucho - Sérgio Spada; PPB - 04: Cesar Seleme - Duílio Genari - Fernando Ribas Carli - Tony Garcia; PT - 04: Ângelo Vanhoni - Hermes Fonseca - Irineu Colombo - Luciana Rafagnin; PSL - 04: Antonio Carlos Belinati - Edno Guimarães - Geraldo Cartário - Luiz Carlos Martins; PDT - 02: Eli Ghellere - Luiz Carlos Zuk; PL - 02 - Pastor Edson Praczyk - Serafina Carrilho; PSB - 02: Moysés Leônidas - Ricardo Maia; PST - 02: Divanir Braz Palma - Hidekazu Takayama; PPS - 02: Marcos Isfer - Cezar Silvestri; PSC - 01: Miltinho Pupio.

**3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
14ª LEGISLATURA
ATA DA 077ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM
28 DE AGOSTO DE 2001**

(terça-feira)

Presidência do senhor deputado Hermas Brandão, secretariada pelos senhores deputados Valdir Rossoni e Antonio Anibelli.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes senhores deputados: Hermas Brandão, Elio Rusch, Irineu Colombo, Augustinho Zucchi, Valdir Rossoni, Antonio Anibelli, Cesar Seleme, Edno Guimarães, Nelson Garcia, Ademar Traiano, Ademir Bier, Algaci Tulio, Ângelo Vanhoni, Antonio Carlos Belinati, Basílio Zanusso, Beraldin, Caíto Quintana, Carlos Simões, Cezar Silvestri, Chico Noroeste, Cleiton Kielse, Custódio da Silva, Divanir Braz Palma, Duílio Genari, Durval Amaral, Edson Strapasson, Eli Ghellere, Fernando Ribas Carli, Geraldo Cartário, Hermes Fonseca, Hidekazu Takayama, José Maria Ferreira, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Luiz Carlos Zuk, Marcos Isfer, Miltinho Pupio, Moysés Leônidas, Nelson Tureck, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Pastor Edson Praczy, Plauto Miró Guimarães, Renato Gaúcho, Ricardo Chab, Ricardo Maia, Serafina Carrilho, Sérgio Spada, Tiago Amorim Novaes, Tony Garcia e Waldyr Pugliesi (53). Achando-se ausente o senhor deputado Luiz Fernandes da Silva Litro (01).

Verificada a existência de número legal, o senhor presidente declara aberta a

SESSÃO,

conforme requerimento de convocação, aprovado por esta Casa, no dia 13 do corrente e atendendo o que determinam os artigos 98 e 99 do Regimento Interno, informou que a Sessão será transformada em Comissão Geral para audiência do Ilmo. Sr. Carlos Afonso Teixeira Freitas, digno diretor da Sanepar, para prestar informações sobre os quesitos formulados no requerimento aprovado.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Sob a proteção de Deus iniciamos os nossos trabalhos.

Para melhor ordenamento da presente Sessão, esta presidência irá adotar as seguintes disposições regimentais:

1º - o senhor diretor-presidente da Sanepar poderá usar a palavra pelo prazo de trinta minutos, prorrogados por mais quinze, podendo ser aparteado durante a prorrogação;

2º - o senhor diretor-presidente da Sanepar, somente poderá ser aparteado ou interpelado, sobre assunto objeto da sua convocação;

3º - encerrada a exposição do senhor diretor da Sanepar, poderão ser formuladas interpelações pelos senhores deputados que se inscreverem previamente. Não podendo cada um fazê-lo por mais de 5 minutos, exceto o autor do requerimento, que terá o aparte de dez minutos;

4º - para responder a cada interpelação, o senhor diretor terá o mesmo tempo que o interpelante;

5º - serão permitidas a réplica e a tréplica pelo prazo de três minutos improrrogáveis;

6º - é lícito aos líderes, após o término dos debates, usar da palavra por cinco minutos sem apartes;

7º - em qualquer hipótese, a presença do diretor-presidente da Sanepar no plenário, não poderá ultrapassar o horário normal da Sessão Ordinária da Assembléia.

Solicito ao 1º secretário, deputado Seleme, a leitura do requerimento aprovado nesta Casa, no dia 13 de agosto, alertando aos senhores parlamentares, que a ata da Sessão de ontem será lida na Sessão de amanhã.

O SR. 1º SECRETÁRIO (Cesar Seleme)

(Procede à leitura do requerimento)

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Convido o Sr. Carlos Afonso Teixeira de Freitas, presidente da Sanepar, para que ocupe a cadeira à nossa direita.

Consulto V. Exa. a necessidade da leitura novamente, do motivo da sua convocação.

V. Exa. terá trinta minutos, de acordo com o Regimento da Casa, prorrogáveis por mais quinze, para usar da palavra.

O SR. CARLOS AFONSO TEIXEIRA DE FREITAS

Excelentíssimo senhor deputado Hermas Brandão, mui digno presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, secretário Cesar Seleme, deputado Marcos Isfer, excelentíssimos senhores deputados, senhoras e senhores.

(Lê):

“Venho a este plenário convocado para falar sobre a qualidade da água em Curitiba.

Lembro-me que há pouco mais de 6 anos, em 1995, aqui estive para falar da escassez de água em Curitiba, quando vivemos um longo período de racionamento.

Entre esses dois eventos, mais de 1 bilhão de reais foram investidos no saneamento do Paraná. São quase R\$200 milhões de reais por ano em investimentos, quando a média histórica da Sanepar em anos anteriores era de R\$50 milhões/ano. Como foi possível atingir esses números?

De um lado a disposição do Governo do Estado em dotar o Paraná de infra-estrutura diferenciada, priorizando o saneamento básico. De outro, a Sanepar enten-

deu a necessidade de buscar resultados operacionais que lhe permitissem realizar esses investimentos.

Realizamos, a partir de 1995, uma profunda reforma na Empresa. Criamos um programa de demissões voluntárias, e reformulamos a estrutura administrativa da Sanepar. Hoje temos apenas dois níveis de decisão na Empresa - a diretoria e as gerências.

Criamos 98 unidades de negócios, dando-lhes autonomia administrativa e financeira, mas cobrando desempenho, especialmente no que se refere à satisfação do cliente. Em pouco tempo os resultados apareceram.

A produtividade da Empresa - medida pelo número de ligações de água por empregado, apresenta o seguinte quadro: em 1995, a Sanepar tinha 390 ligações por empregado. Hoje são 690.

A Sanepar é a empresa de saneamento mais premiada do país. Recebeu da ABES - Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental, nos últimos quatro anos, nada menos que 7 prêmios nacionais de qualidade no saneamento, para os sistemas de Cornélio Procopio, Campo Mourão, Guarapuava, União da Vitória, Apucarana e 2 prêmios para Paranavaí.

A Sanepar também recebeu certificação de qualidade pelas normas ISO 9002 para o sistema produtor de água de Campo Largo, e a certificação ambiental ISO 14001 para o sistema de água e esgoto de certificação de um sistema de água e esgoto.

A Sanepar mantém o Programa Escola da qualidade, em parceria com a PUC/PR formando facilitadores da qualidade através de um curso com disciplinas específicas, cujos formandos multiplicarão os princípios de gestão pela qualidade na Empresa.

A maior prova de que a Empresa está no caminho certo da excelência de produtos e serviços veio dos próprios consumidores. Pesquisa de opinião feita. Entre os dias 15 de novembro e 22 de dezembro de 2000, em convênio com a Fundação Universidade Federal do Paraná, apontou o índice de satisfação geral de 66,05% um índice considerado bom, especialmente se comparado com os obtidos por outras organizações que utilizaram a mesma metodologia, como a Aneel - Agência Nacional de Energia Elétrica, cujo índice de satisfação dos clientes das operações de energia elétrica do país atingiu 62,51%.

Finalmente vamos falar de justiça social, critério importante no julgamento das empresas públicas.

A Sanepar está presente em 342, dos 399 município paranaenses e em 633 localidades do Estado e pratica uma política tarifária de subsídios cruzados. A água tem o mesmo preço em todo o Estado, independente do seu custo de produção. Desta forma, sistemas rentáveis subsidiavam sistemas deficitários.

E para famílias comprovadamente carentes, de baixa renda, a Sanepar pratica a tarifa social. Esta tarifa custa hoje apenas R\$3,50 para consumo de até 10 metros cúbicos mensais.

Nunca é demais lembrar um dado mundialmente conhecido e que baliza as ações da Sanepar. "Para cada

real investido em saneamento básico, 4 reais são economizados em medicina curativa".

Enquanto a média brasileira de atendimento com água tratada nas populações urbanas é de 92% no Paraná esse índice é 100%.

Atingimos a universalização do abastecimento, antecipando todas as metas, graças aos crescentes investimentos.

Quanto ao esgoto, muito há para ser feito, mas nossos índices estão entre os melhores do país. A média estadual é de 41% de coleta, com 90% de tratamento, enquanto que a média nacional é de 36% de coleta com 8% de tratamento.

A maioria das cidades médias e grandes do Paraná tem perto de 80% de seu esgoto coletado, com 100% de tratamento. Índices comparáveis aos de primeiro mundo.

Em três anos, a Região Metropolitana de Curitiba também terá com os investimentos do Paraná, que já estão em obras, 80% de seu esgoto coletado com 100% de tratamento.

Esses resultados, senhores parlamentares, não foram conseguidos com tarifas caras, privilegiadas. São resultados de produtividade, eficiência e disciplina. O setor de saneamento teve, entre todos os serviços públicos, o menor reajuste tarifário do Plano Real. Enquanto a inflação no período foi de 212,13%, o reajuste às tarifas somou apenas 104.6%.

Senhor presidente, senhores deputados.

Reporto-me agora às algas na represa do Iraí, que tantos problemas trouxeram ao abastecimento de Curitiba, motivo de convocação a este plenário.

Vivemos um ano atípico do ponto de vista climático. Tivemos um verão severo, seguido de um inverno ameno. Fatores que favoreceram a proliferação de algas em praticamente todas as represas do país.

Da pequena Voçoroca, da Copel, ao Gigantesco Lago de Itaipu, passando por Tucuruí, Paranoá, Marimbondo, Itá e tantas outras.

Em março a presença de algas na represa do Passaúna, na região Oeste de Curitiba, levou a população abastecida a queixar-se do cheiro de terra ou de mofo na água distribuída, gosto esse identificado pelos laboratórios da Sanepar como metil-isoborneol, uma substância inofensiva para a saúde, liberada pelas algas ao morrerem no processo de tratamento da água. O fenômeno na represa do Passaúna desapareceu em menos de 15 dias.

Dois meses depois, no final de maio, o problema ressurgiu, agora na represa do Iraí. A presença de algas do tipo microcystis, chamadas cinobacterias, provoca um odor e gosto de mofo na água tratada, logo identificado pelos nossos laboratórios como a geosmina, substância também inofensiva à saúde, liberada pelas algas quando morrem no processo de tratamento.

Durante 60 dias - junho e julho - a Sanepar mobilizou o melhor de seus esforços para superar o problema. Foram chamados os maiores especialistas brasileiros. Da França, enviado pela Vivendi, veio um especialista em

tratamento de água que já tinha enfrentado problema idêntico em outras partes do mundo.

No início de agosto, com o fim do ciclo de floração daquelas algas na represa, e a utilização de carvão ativado no processo de tratamento, o cheiro provocado pela geosmina desapareceu.

Durante o período, sob a coordenação da Defesa Civil e a participação de vários órgãos do Estado, uma intensa mobilização no entorno da represa do Iraí identificou focos de poluição que estão sendo erradicados.

A Sanepar está desenvolvendo um plano em conjunto com o IAP, que contempla ações de despoluição na bacia, manejo do lago e procedimentos no tratamento da água, com vistas à solução definitiva do problema.

As algas do reservatório do Iraí fizeram com que a sociedade fosse contemplada com inúmeras opiniões pessoais sobre a necessidade e a viabilidade dos barramentos de rios previstos no Plano Diretor de Abastecimento de Curitiba e Região Metropolitana.

Note-se que o primeiro Plano Diretor foi feito em 1975 e reformulado em 1992. Em ambos foi indicado o aproveitamento do rio Iraí, com barragem.

Para falar sobre aproveitamento ou não de mananciais, é preciso conhecer as características de nossa megalópole, situada na cabeceira do rio Iguaçu, com capacidade hídrica limitada, cortada por pequenos rios que atravessam áreas urbanizadas e densamente povoadas.

Estudos do Iparde apontam para o ano de 2010 uma população de 3,7 milhões de habitantes na Região Metropolitana de Curitiba. Estendendo-se esta projeção, mesmo com taxas decrescentes de até 1,4% ao ano, a população da RMC poderá alcançar 8 milhões de habitantes em 2050.

Diante disso, o Plano Diretor estabelece uma seqüência de aproveitamento de mananciais, que começa pelos que hoje são utilizados - a bacia do rio Passaúna e a bacia do Alto Iguaçu, onde se insere o rio Iraí.

Estão previstos nessa seqüência de utilização de mananciais, os rios Piraquara e Miringuava até 2004.

Este ano estamos licitando a barragem de Piraquara II, e no ano que vem a barragem de Miringuava.

A seguir virão os rios Despique, Faxinal, Alto Maurício, Várzea e Açungui, todos com barragem.

Todos esses mananciais previstos dentro da disponibilidade hídrica da região são vulneráveis em alto grau quanto à degradação de suas águas, com pequenas diferenças entre si.

Diante disso, não há porque questionar a construção da represa do rio Iraí, sob a alegação infundada de que estudos contra-indicavam a obra. Até porque o rio Iraí é manancial de abastecimento público desde 1945, quando se implantou a captação, a estação de tratamento do Tarumã, e um sistema de distribuição com capacidade para 800 litros por segundo.

É bom lembrar que todos os estudos sobre o represamento do rio Iraí foram contratados pela própria Sanepar.

Em todos eles há recomendações sobre os cuidados a serem tomados na obra e os riscos inerentes ao aproveitamento de uma manancial em área bastante ocupada. Esses mesmos riscos estarão presentes em qualquer das próximas barragens previstas no Plano Diretor.

Senhor presidente, senhores deputados:

Em nenhum lugar do Brasil foram tomados tantos cuidados na construção de uma barragem.

Todas as árvores na área alagável do reservatório do Iraí foram retiradas. Antigos aterros sanitários do complexo penal foram removidos e o solo analisado para prevenir qualquer contaminação. Cerca de 22 milhões de reais foram investidos em esgotamento sanitário em toda a área habitada da bacia e um amplo programa de educação ambiental foi realizado com moradores do entorno do lago.

Até o tradicional Parque de Exposição Castelo Branco teve sua programação de exposições agrícolas e pecuárias cancelada, e está sendo transformado num Parque de Ciências.

A Estação de Tratamento de Água do Iraí, que começa a operar em novembro próximo mereceu um projeto especial. A água bruta será tratada pelo processo de flotação, mais apropriado para águas represadas.

Como se vê, o abastecimento de uma cidade do porte da grande Curitiba é mais complexo do que muitos querem ver.

Não vale, diante do que foi exposto, a afirmação de que deve-se utilizar primeiro o melhor manancial, aquele mais distante.

Ao contrário. Se a barragem do Iraí não fosse feita, o manancial certamente se perderia, com invasões, loteamento irregulares ou clandestinos, instalação de indústrias, e toda sorte de agressões.

A renúncia a qualquer manancial, senhores parlamentares, poderá levar à inviabilização da Região Metropolitana de Curitiba. E isto vale para todos os municípios do Paraná, que os senhores honrosamente representam.

A represa do Iraí reserva hoje 58 bilhões de litros de água, que são fundamentais para o abastecimento da grande Curitiba, e que tem uma função adicional extraordinária. A de evitar as enchentes, que todos os anos atingia milhares de famílias, trazendo enormes prejuízos às populações mais carentes das diversas cidades da Região Metropolitana."

Muito obrigado, senhor presidente.

Fico à disposição de V. Exa. e dos ilustres deputados.

O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

Conforme o regulamento já lido pelo presidente Hermas Brandão, passamos agora a palavra para os senhores deputados que terão o tempo de cinco minutos para questionar o nosso convidado, com exceção do autor

do requerimento, deputado Neivo Beraldin que terá o tempo de dez minutos.

O SR. ALGACI TULIO (Pela Ordem)

Senhor presidente, quero inicialmente cumprimentar o presidente da Sanepar pela belíssima exposição feita, especialmente na parte inicial do seu discurso quando falou dos grandes investimentos que foram colocados e a posição estratégica ocupada hoje pela Sanepar.

Faço esse registro, senhores deputados, para dizer da contrariedade que temos nesse governo. Enquanto o Dr. Ingo esteve aqui nesta Casa e falando mal da Copel, dizendo da precariedade de se manter a Copel, vem o companheiro, Dr. Afonso, dizer da importância da Sanepar, do seu trabalho, da premiação, que todos nós reconhecemos.

Então, queria fazer este registro para dizer, para mostrar essa contrariedade. Cumprimentá-lo pela sua posição de ter vindo a esta Casa fazer a sua exposição, ser questionado pelos senhores parlamentares, mas acima de tudo por ter falado bem da empresa. O difícil é entender quando o mandatário da empresa fala mal, deprecia a mercadoria.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

Gostaria que os deputados fizessem a sua inscrição.

O SR. ÂNGELO VANHONI (Pela Ordem)

Na realidade fazendo uma observação em relação à Sessão de hoje.

O natural então seria que a Sessão não se convertesse, deputado Durval Amaral, numa Sessão Especial, mas sim que tivesse uma Sessão normal, ordinária, porque seria lógico que a Assembleia Legislativa, que o deputado Neivo Beraldin, que tem ao longo desses últimos meses questionado, estudado, levantado problemas a respeito da Sanepar, tivesse oportunidade, no Grande Expediente, que é horário regimental, próprio dos deputados de expor todos os questionamentos com tranqüilidade para a diretoria da Sanepar e que fosse dado igualmente tempo para que a diretoria da Sanepar pudesse explicar, contradizer, questionar os dados levantados pelo deputado Neivo Beraldin. Falo isto porque atribuir ao presidente da Sanepar que não sabe pormenores, o motivo da sua convocação, mas apenas na generalidade e delegar apenas dez minutos ao deputado Neivo Beraldin, parece-me que é subverter a ordem das coisas. Então, não sei quem tomou a iniciativa de converter, seria melhor convidar o presidente da Sanepar para uma reunião ordinária, dando igual tempo ao deputado, para que os outros deputados pudessem fazer uma apreciação melhor, tanto dos questionamentos, quanto das respostas aos questionamentos.

Vai aqui uma observação, para que isso não se repita daqui para frente.

O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

Prezado deputado Ângelo Vanhoni, será levado ao conhecimento da Executiva da Mesa.

O SR. NEIVO BERARDIN (Pela Ordem)

Senhor presidente: ontem a Sessão era normal e o presidente viria falar no Pequeno, no Grande e no Horário das Lideranças; falei então com o presidente Hermas e ele disse, então não teríamos pauta na Ordem do Dia e a Sessão seria para ouvir o presidente da Sanepar.

Agora, não podemos entender como uma Sessão Especial com tempo delimitado, sobretudo temos vários assuntos para discorrer. No campo da barragem do Iraí, na questão da água, na questão da administração da empresa e assuntos relevantes e evidentemente não podemos prescindir dessa oportunidade para indagar ao presidente da administração da empresa.

Nós não podemos exercer um trabalho eficiente com réplica e tréplica. Nós não somos um programa de televisão, senhor presidente, nós não podemos entender isto.

O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

Deputado Neivo Beraldin: respondendo a sua questão de ordem, V. Exa. foi o autor do requerimento e o mesmo foi aprovado em Plenário, e o presidente da Sanepar veio a este plenário e teve prazo de trinta minutos e cada deputado terá o prazo de cinco minutos, quem desejar se inscrever, o presidente terá o mesmo prazo e terá réplica. A Sessão terá a durabilidade de uma Sessão.

O SR. NEIVO BERARDIN (Pela Ordem)

Ainda questão de ordem.

Vossa Excelência não imagina que esta Sessão possa durar meia hora, uma hora, então, gostaria de indagar ao presidente da Sanepar se ele aceita o desafio de responder as perguntas que lhe forem feitas pelos deputados, aqui no plenário.

Requeiro ao presidente da Sanepar, se ele aceita o debate, franco. Quem preside uma empresa pública não precisa de mais delongas para responder, evidentemente, sobretudo os dados que nós vamos levantar que são evidentes e para bom entendedor meia palavra basta.

O SR. DURVAL AMARAL (Pela Ordem)

Senhor presidente: o ilustre deputado Neivo Beraldin fez o desafio e que obviamente não se trata de um programa, como ele mesmo colocou de réplica, de tréplica, ou programa de televisão.

O deputado Neivo Beraldin requereu e foi aprovado por esta Casa a convocação do presidente da Sanepar e o nosso Regimento Interno, muito claro, cristalino aliás, e o deputado fundamentou que a convocação do Dr. Teixeira seria, como de fato é, e assim determina o Regimento Interno, para esclarecer todos os fatos relacionados à barragem do Iraí, inclusive, ele coloca aqui, não vou ler para não ser repetitivo, até porque o deputado tem

isso em mãos também, é da alçada dele e do seu gabinete parlamentar itens a, b, c, d, e, e depois o item 02. Obviamente, presidente, nós temos que fazer cumprir o Regimento Interno, o assunto é específico, e aí o deputado Neivo Beraldin, a quem tenho o maior respeito e a todos os deputados desta Casa, não podemos extrapolar o que é o objeto do requerimento e nem tão pouco rasgar o Regimento Interno desta Casa.

Então, senhor presidente, peço a V. Exa. para todos os deputados, todos nós da Bancada da Situação e da Bancada da Oposição fiquem restritos ao que determina o requerimento. Além do que, senhor presidente, só para concluir, existe uma Comissão de Sindicância nesta Casa, que instalada com prazo regimental de sessenta dias, a Liderança do Governo, inclusive, acordou com a Liderança da Oposição e com o deputado Neivo Beraldin, para que ela fosse prorrogada por mais sessenta dias, e já estamos quase no prazo de vencimentos desta Comissão de Sindicância, onde o presidente Teixeira e vários diretores da Sanepar já estiveram, por duas oportunidades nesta Comissão de Sindicância, respondendo a qualquer tipo de indagação que na Comissão de Sindicância foi feito.

Logo, esperamos que o deputado Neivo Beraldin e os deputados que pertencem à Comissão de Sindicância, oportunamente possam apresentar o relatório e que o relatório seja trazido a Plenário, que com toda certeza o presidente, Neivo Beraldin, competente que é, terá no Grande Expediente, o tempo necessário para expor, inclusive os contraditórios, que aí sim, será uma Sessão que vai trazer à luz o relatório dessa Comissão de Sindicância.

Era esta a questão de ordem, presidente, que eu queria levantar e esperar o deferimento.

O SR. NEIVO BERARDIN (Pela Ordem)

Solicito a palavra, pela ordem, porque preciso recolocar as coisas.

O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

Antes, porém, queremos esclarecer novamente ao Plenário que o presidente da Sanepar foi convocado através de requerimento apresentado pelo deputado Neivo Beraldin e com o fim específico - o deputado Hermas Brandão, quando abriu esta Sessão, deixou claro para os parlamentares e para esta plenária, que o presidente estaria discutindo sobre a sua convocação. E não estaria ele na obrigatoriedade de responder perguntas a não ser do objeto da convocação deste requerimento.

Eu solicitaria, encarecidamente, aos senhores deputados que nós nos ativéssemos, especificamente, em relação ao objeto da convocação. E o requerimento já foi lido. Para que não fiquem dúvidas, solicito novamente ao 1º secretário que faça a leitura do requerimento...

O SR. NEIVO BERARDIN

Pela ordem, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

Eu já lhe concedo. A presidência está respondendo a questão de ordem levantada pelo Plenário.

O SR. NEREU MOURA (Pela Ordem)

Senhor presidente, artigo 105: V. Exa. não pode recusar a palavra a nenhum deputado.

O SR. NEIVO BERARDIN (Pela Ordem)

Senhor presidente, além de defender a presidência da Sanepar...

O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

A presidência não está negando a palavra a ninguém. A presidência foi indagada a respeito de uma questão de ordem, e está respondendo. V. Exa. já falou pela ordem...

O SR. NEIVO BERARDIN (Pela Ordem)

Posso fazer uma consideração em relação ao requerimento? Então, veja: vamos dizer que teremos que abordar apenas o requerimento...

O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

Exatamente!

O SR. NEIVO BERARDIN (Pela Ordem)

Porque o requerimento também diz que o presidente teria que se fazer acompanhar da empresa que fez a limpeza da barragem do Iraí. Aonde é que está a empresa?

O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

O presidente informa que está aqui, na tribuna.

O SR. NEIVO BERARDIN

O requerimento diz que o presidente tem que se fazer acompanhar...

O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

Ele está representando!

O SR. NEIVO BERARDIN

Senhor presidente, falar sobre a barragem do Iraí, significa falar, também, no contexto Prosan, do Parana-san, porque é assunto econômico, também, além do assunto ambiental.

O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

Solicito ao senhor 1º secretário que proceda à leitura, novamente, do requerimento.

O SR. 1º SECRETÁRIO (Cesar Seleme)

(Inicia a leitura do requerimento).

O SR. NEIVO BERARDIN (Pela Ordem)

Solicito que o representante da empresa se coloque à disposição para responder as perguntas.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

E pode vir acompanhar, perfeitamente.

O SR. NEIVO BERARDIN (**Pela Ordem**)

Solicito a V. Exa. permitir.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Está convidado para vir à Mesa.

Passaremos a palavra, pela ordem de inscrição, ao deputado Neivo Berardin.

O SR. NEIVO BERARDIN (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, deixa o convidado assentar à Mesa e ao mesmo tempo o convidado que se apresente para que o próprio auditório e os deputados, possam conhecê-lo.

O SR. NEREU MOURA (**Pela Ordem**)

O requerimento do deputado Neivo cometeu uma falha; poderia ser mais amplo. Eu teria muitas outras questões a fazer ao presidente da Sanepar, a começar por aquela assembléia que aumentou o salário da direção da Sanepar.

Então, lamento que o deputado Neivo tenha feito um requerimento muito estreito!

O SR. NEIVO BERARDIN (**Pela Ordem**)

Deputado Nereu Moura: inicialmente o requerimento não seria para o presidente estar aqui, em uma Sessão Especial. É preciso entender que esse encaminhamento ele se deu de ontem para hoje.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

É de acordo com o entendimento que teve com o autor do requerimento e a Mesa da Assembléia Legislativa. Em princípio, seria uma Comissão, depois foi convidado para que viesse em Plenário. Quero deixar bem claro, para que não fique dúvida alguma, aos senhores parlamentares; o requerimento no 1º tópico diz: seja o senhor presidente da Sanepar, Carlos Afonso Teixeira de Freitas, convocado por este Plenário a comparecer nesta Casa de Leis, onde prestará esclarecimentos ao Plenário, sobre os seguintes questionamentos: “o presidente fornecerá os esclarecimentos.”

E em último tópico, diz que: “faça-se acompanhar de representantes da empresa”.

Então queremos abrir às perguntas.

O SR. NEIVO BERARDIN (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, V. Exa. há de compreender que sou presidente da C.I. que investiga a Sanepar; e que o deputado Ricardo Chab é o Relator. E que nas últimas reuniões o deputado não tem estado presente, inclusive hoje, também não está presente. E V. Exa. há de compreender que Curitiba e a Região Metropolitana desejam esclarecimentos da Sanepar. Se o presidente está aqui, é evidente, é lógico, que não queira dizer assim: “olha,

deputados, vocês só podem me perguntar aquilo, não podem perguntar aquele outro, porque não vou contar.”

Então, o presidente da Sanepar que se disponha, como um administrador público, perante o Plenário Legislativo do Estado do Paraná, e que diga: “eu estou aberto para responder todas as inquietações que têm os deputados.” Isto é o óbvio!

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Pela ordem, o deputado Durval Amaral.

O SR. DURVAL AMARAL (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, só a título de esclarecimento, não foi de ontem para hoje que se decidiu desta forma.

Em primeiro lugar, houve um acordo, deputado Neivo Berardin, com todas as lideranças da Casa, e eu inclusive, acordei isso com o senhor no Plenário, deputado Algaci Tulio e outros deputados da oposição, para que o presidente da Sanepar viesse a este Plenário responder a esses assuntos que fazem parte do seu requerimento, que inicialmente, era para a Comissão Especial, que investiga a Sanepar.

E o presidente da Casa anunciou, inclusive não foi o presidente em exercício, deputado Elio, foi o presidente Hermas Brandão que anunciou na quarta-feira da semana passada, que se Sessão transcorreria desta forma que está ocorrendo agora.

Na quarta-feira da semana passada, consta inclusive das notas taquigráficas. E enfatizando mais, senhor presidente, que um requerimento da Comissão Especial de Investigação, é do dia 28 de março deste ano, prorrogado no dia 21 de junho por este Plenário, por acordo inclusive das lideranças, para apresentar os seus relatórios conclusivos.

E o presidente Teixeira já esteve, ênfase novamente, duas vezes nessa Comissão de Sindicância.

Quer me parecer, que o prazo inclusive, está vencido. Nós estamos ansiosos, aguardando a conclusão dos trabalhos da sindicância, deputado Neivo Berardin!

O SR. NEIVO BERARDIN

Senhor presidente, solicito que o novo membro da Mesa apresente-se ou que V. Exa. assim o faça.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Queremos lembrar aos nobres deputados, conforme solicitação do deputado Neivo Berardin, que é o senhor Edmundo Talamini Filho, diretor da empresa CESBE, uma das empresas consultoras, ou seja, o consórcio,

O SR. NEIVO BERARDIN

É exatamente a ele que vou dirigir a primeira pergunta, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Vossa Excelência deverá dirigir a pergunta ao presidente da Sanepar. O senhor tem dez minutos.

O SR. NEIVO BERALDIN

Então, vamos ao presidente da Sanepar.
O tempo que discutimos aqui, regimental,...

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Mas é regimental e o senhor tem dez minutos, deputado Neivo Beraldin.

O SR. NEIVO BERALDIN

Olha, senhor presidente, eu nunca vi administrador público, no Estado do Paraná ter tanto medo da verdade. Isso deve aterrorizar.

Aliás, gostaria de fazer uma contestação: será que o presidente Teixeira ainda considera ética a sua permanência na presidência da Sanepar? Diante da grave situação da qualidade da água, sobretudo na constatação da mudança do estatuto?

O senhor é basicamente, hoje, um funcionário do Grupo “Dominó Holding”, porque das 59 atribuições que tem a administração da Sanepar, 35 estão nas mãos do Grupo “Dominó Holding” e o Governo do Estado com 60% das ações da Sanepar, tem 24 atribuições.

Então, o senhor está na Sanepar, como presidente, mas desde que atenda aos interesses do Grupo “Dominó Holding”, conforme estatuto da empresa, que V. Sa. visitou em todos os documentos, junto com todos os seus conselheiros.

Aliás, essa é uma constatação que se faz, em poucas palavras, visto que não temos tempo para fazermos com mais detalhes.

Agora, também queria dizer a V. Sa., que em uma única Ata o senhor, com sua diretoria, autorizou 1 milhão e meio de reais, para propaganda e publicidade.

Em uma única Ata, V. Sa. liberou 90 mil reais para um jornal do Paraná.

V. Sa. contratou a Empresa Maiso (?) e a Mercado e gastou em torno de doze milhões por ano desde 1993, alencado em um falso Plano de Emergência 93/94 que não existe, segundo técnicos do Tribunal de Contas. Esse Plano não existe. Aonde está esse Plano de Emergência que o senhor vem contratando durante sete anos, começando com 1110 funcionários para que trabalhem na Sanepar sem concurso público, com flagrante desrespeito à Constituição Estadual e Federal.

Olha, senhor presidente, discorrer sobre a Sanepar é verificar o estudo de impacto ambiental que não recomendava a Barragem do Iraí. É discorrer sobre o Instituto Ambiental do Paraná, discorrer sobre a COBA (?), Empresa Portuguesa que também não recomendava.

Senhor presidente, aqui está o acordo de acionista. O que não pude apresentar aqui, vou apresentar na Justiça. Aqui está a venda de ações da Sanepar, com documentos provando diferenças do declarado e do que vendido. Aqui está a Maiso (?) e a Mercado, as duas empresas que prestam assessoria ao presidente da Sanepar e à sua diretoria, em um flagrante desrespeito à Constituição Estadual e Federal. Aqui está, também, o

quadro suplementar de funcionários, onde vinte e sete marajás custam mais de cem mil reais por ano, enquanto a Sanepar contrata funcionário da Maiso (?) e da Mercado. Aqui também está a Constituição DM de Maringá, uma obra de vinte e oito milhões de dólares, senhor presidente, foi concretizado 43% e pago 93%. Estão aqui os documentos que o senhor devia não ter pago aquilo que estava assegurado pela diretoria interna da Casa. Acordo extra judicial, senhor presidente, acordo extra judicial de dois milhões e novecentos mil reais. Sabe com quem? Com essas Empresa Privabax (?), dois milhões e novecentos mil reais. Contratação de serviços jurídicos desnecessários e sem a necessidade de dispensa da licitação.

O senhor está querendo criar uma nova Ong dentro da Sanepar, para facilitar as coisas ainda mais. Aqui estão as notas taquigráficas, onde há várias contradições do senhor. Pergunto: a água fornecida pela Barragem do Iraí está com forte cheiro e coloração, não apropriada para o consumo de habitantes de nossa cidade. Qual o motivo; qual o motivo da coloração da água e o forte cheiro, presidente? E também, qual foi a empresa que fez a limpeza da Barragem; quem preparou o solo para receber a água para o povo beber; se foi feita a destoca, e se foi retirado o lixo existente na área; e quanto foi gasto para fazer o preparo do solo?

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Vossa Excelência tem mais três minutos.

O SR. NEIVO BERALDIN

Mais três minutos, então vou fazer mais uma pergunta.

Temos conhecimento que o que está acontecendo na Barragem do Iraí é por causa da matéria orgânica que fica suspensa na água. Essa matéria orgânica, conforme é sabido, é nutriente para algas.

O problema da proliferação das algas é que a emissão de cloro nas águas não elimina matéria orgânica. Com essa emissão de cloro formam-se compostos orgânicos clorados que são bases de constituição do PHC. Isto é, a Sanepar tinha conhecimento disso? Por volta de 79, 80, o senhor era funcionário da Sanepar, senhor Carlos Alberto Teixeira? Sim”.

O senhor tem conhecimento da Alagados em Ponta Grossa?

Alagados de Ponta Grossa era uma represa da Copel que foi passada para a Sanepar. O senhor tem conhecimento que a Alagados de Ponta Grossa também teve algas? Se confirmado que teve algas, com que foi tratado? Com o que foi resolvido o problema naquela madrugada?

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

O presidente da Sanepar terá cinco minutos para responder as últimas perguntas.

O SR. CARLOS AFONSO TEIXEIRA DE FREITAS

Gostaria de iniciar dizendo que não só eu, mas todos os técnicos da Sanepar têm consciência da sua responsabilidade pública e tem reiteradamente afirmado, reafirmado e atestado que a qualidade da água distribuída pela Sanepar é que está dentro rigorosamente dos padrões de potabilidade, não oferecendo absolutamente nenhum risco à saúde da população. Absolutamente tranquilo, com toda a responsabilidade afirmamos isso.

Nos itens adicionais que o senhor nos questiona: a execução da obra da barragem foi feita por um consórcio do qual participou a empresa Cesbi, assim como a empresa ABM e a empresa Andrade Gutierrez Construções. E o representante da empresa Cesbi, responsável pela organização, inclusive o serviço de desmatamento, limpeza da área de inundação, está aqui, o engenheiro diretor da empresa, para atender o que foi solicitado.

O SR. NEIVO BERARDIN

A questão da destoca, senhor presidente.

O SR. CARLOS AFONSO TEIXEIRA DE FREITAS

Foi totalmente desmatada a área dentro do que rigorosamente é recomendado tecnicamente. Destoca é uma operação que se recomenda talvez para a utilização de um terreno para a agricultura. Nunca em lugar nenhum, em documento nenhum e em manual nenhum existe qualquer recomendação, pelo contrário, de se fazer destoca em área de alagamento. A destoca poderia, sim, fragilizar apenas o solo, proporcionar condições de erosão, o que acabaria carregando sedimentos para a água a ser potabilizada e seria, portanto, totalmente contra indicada essa operação.

A retirada do lixo que o senhor questiona, foi, sim, rigorosamente cumprida.

O SR. NEIVO BERARDIN

Por quem?

O SR. CARLOS AFONSO TEIXEIRA DE FREITAS

Pela empresa contratada que executou todos os trabalhos de desmatamento.

O SR. NEIVO BERARDIN

Qual foi a empresa que retirou o lixo?

O SR. CARLOS AFONSO TEIXEIRA DE FREITAS

A empresa que está aqui, a Cesbi.

O SR. NEIVO BERARDIN

Para onde foi o lixo?

O SR. CARLOS AFONSO TEIXEIRA DE FREITAS

Para o aterro sanitário da Caximba.

O SR. NEIVO BERARDIN

Estamos falando de lixo hospitalar, presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Deputado Neivo, gostaria que o presidente da Sanepar, na hora em que ele tem cinco minutos não seja interrogado. V. Exa. terá a réplica depois de três minutos.

O SR. NEIVO BERARDIN

Mas, o representante da empresa é que tinha que discorrer sobre esse trabalho que foi feito.

(Discussões paralelas)

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Deputado Neivo Beraldin, V. Exa. terá após a explanação dos cinco minutos, que poderá até prorrogar, se V. Exa. não se sentir satisfeito na resposta terá o direito da réplica.

O SR. CARLOS AFONSO TEIXEIRA DE FREITAS

Como eu estava comentando então, todo o lixo que havia sido identificado, que havia sido depositado na área da represa do Iraí, foi integralmente eliminado, foram sete depósitos que foram identificados e todos eles foram retirados e um até numa operação de cuidado adicional, em terreno onde estava localizado este lixo foi analisado posteriormente em laboratório para constatação, verificação da não contaminação desse solo com algum contaminante que pudesse trazer algum prejuízo àquela área. Todos os laudos aprovam e atestam a eliminação total de qualquer contaminante naqueles locais. Foram gastos um pouco mais de duzentos mil reais na operação de desmatamento e mais de cinquenta mil reais na operação de retirada do lixo desses depósitos existentes naquela área.

A matéria orgânica que naturalmente é o que proporciona a condição para proliferação de algas, tem uma origem dentro do próprio local, portanto, de resíduos existentes do próprio solo, que existe matéria orgânica e alguns resíduos externos à área que são carregados pela própria condução das águas superficiais e foi isso que gerou naturalmente esta proliferação mais intensa, associado como discorri no início da minha abordagem, associados a condições climáticas que no período foram muito favoráveis e todos os mecanismos utilizados nesta oportunidade foram os mesmos já utilizados também quando da floração de algas na represa do Passaúna e na represa do Alagados também, como já aconteceu em Ponta Grossa, represa essa que, só adicionando, ele não pertence à Sanepar, continua sendo da Copel que tem uma usina geradora e foi construída pela própria Prefeitura Municipal, a captação de água de Ponta Grossa, na represa do Alagados. Então, a Sanepar continua operando um sistema que foi construído pelo município de Ponta Grossa.

O SR. NEIVO BERARDIN

Senhor presidente da Sanepar, veja o estudo da Coba.

A barragem do Iraí, a área que tem maior profundidade tem quatro metros. Esgoto é visível.

É só visitar a barragem do Iraí que o senhor verá que o esgoto o Aduino Botelho está direto na barragem. Inclusive a Sanepar foi lá e fez um grande trabalho, viu, abriu uma valeta em baixo da manilha permitindo que ela fosse mais leve, visto que o.... (inaudível) é basicamente da mesma altura da barragem.

Agora, discorrer sobre a barragem do Iraí, sobe a qualidade da água é desnecessário. O povo inteiro já sabe, já está sofrendo com isto há muito tempo, está até com medo de tomar banho com essa água.

Agora, tudo o que está acontecendo está aqui nos relatórios técnicos.

Eu não entendo por que o senhor, como presidente da Sanepar, e esse governo que teve tanta pressa em fazer aquela barragem do Iraí, eu não consigo entender. Foram gastos ali 27 milhões de dólares. E eu sinceramente desconfio, francamente, da Sanepar, da administração atual da empresa. Eu acho que V. Exa., como funcionário aposentado que é da empresa, deveria, diante da situação da qualidade da água que temos em Curitiba e região, deveria V. Sa. pedir o seu natural descanso de homem aposentado, porque essa ligação que o senhor tem com essa diretoria, com essa Vivaldi, com essa Andrade Gutierrez, com esse Banco Fortunity que milagrosamente na Bolsa de Valores, associado à Copel, compraram trinta e quatro por cento das ações milagrosamente mudaram o Estatuto que lhe dá 24 atribuições, enquanto o Grupo Dominó Holding tem 35 atribuições da administração da empresa. Isso é questionável. Eu não estou perguntando, estou afirmando, porque tenho documentos que provam isso e o senhor listou todos esses documentos. Como que o Governo do Estado que tem uma Sanepar que aliás, vendeu por 244 milhões, questionável, aliás vendeu 130 milhões a menos do valor patrimonial da empresa. É o que está aqui, o valor patrimonial da empresa era de novecentos e poucos milhões de reais, os senhores colocaram à venda por menos o valor patrimonial 136 milhões de reais, sem contar tradição, marca, cliente, importância sócio-econômica do Estado, e aí o senhor vista um novo Estatuto onde passa a ser comandado, tendo 60% das ações. O governo passa a ser comandado pela Dominó Holding e o senhor não pode dizer que não é verdade, porque o Estatuto determina que a venda de emergência quem define é a maioria, que o que ele determina não pode ser mudado.

Tudo isto é uma constatação do que o senhor permitiu, então, não estamos fazendo uma afirmação simplesmente, estamos aqui fazendo afirmações de documentos, prova documental. Eu queria que o senhor, se tivesse algum comentário a fazer em relação ao estatuto da empresa, que V. Sa. permitiu que fosse mudado com a sua assinatura, por gentileza.

O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

Essa pergunta não é objetivo da convocação do presidente, eu consulto ao presidente e tem mais alguma

colocação a fazer em relação às perguntas objeto da sua convocação?

O SR. CARLOS AFONSO TEIXEIRA DE FREITAS

Eu só volto a ratificar que todos esses relatórios que o deputado comentou, da COBA, do IAP, eles tiveram sim, alertaram para o problema das algas nas represas, assim como todos os estudos da Sanepar que prevê o barramento em todos os recursos hídricos para possibilitar o abastecimento e viabilizar a evolução da Região Metropolitana de Curitiba, estão todos eles, da mesma forma, sujeitos por todas essas medidas que a Sanepar vem tomando e certamente terá que tomar com esses novos mananciais, terão, sim, assegurada a sua qualidade para toda a população de Curitiba.

O SR. NEIVO BERARDIN

O senhor é ou não é comandado pelo Grupo Dominó Holding?

O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

Isto não é objeto desta convocação, deputado Neivo Berardin.

O SR. ADEMIR BIER (Pela Ordem)

Eu só gostaria de saber o seguinte: se o presidente está aqui na Assembléia Legislativa do Estado do Paraná que tem como prerrogativa maior a responsabilidade de investigar o Executivo. Eu fiquei ouvindo o nosso companheiro, deputado Neivo Berardin, fazendo uma série de acusações, essas acusações que nós estamos cansados de ouvir aqui no plenário, e eu fiquei pensando Dr. Teixeira, o senhor como homem público, funcionário do povo do Paraná, não imagino que o senhor irá se furtar a responder as acusações feitas pelo deputado Neivo Berardin.

O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

Deputado Ademir Bier, infelizmente quem determina é a Constituição do Estado do Paraná, no artigo 54.

O SR. ADEMAR BIER

Lamentavelmente...

O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

A presidência já deliberou sobre isso, e o objeto da convocação do secretário é com base no requerimento do deputado Neivo Berardin. Nós temos o segundo orador inscrito, deputado Augustinho Zucchi, a quem passo a palavra por cinco minutos.

O SR. NEREU MOURA

Mas, se o senhor Teixeira quiser responder não tem problema nenhum, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

O presidente veio para cá atendendo a convocação no requerimento.

O SR. NEIVO BERARDIN

Está convocado pelo Plenário.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

A presidência quer esclarecer, mais uma vez ao Plenário e aos senhores deputados, nós temos uma Comissão Especial de Investigação que está funcionando na Assembléia Legislativa e segundo informações prestadas pelo presidente da Sanepar e agora há pouco pelo líder do Governo, também foi ratificada a mesma posição, todas as perguntas ou outras perguntas que poderão vir, todas elas estão sendo respondidas na Comissão Especial. Agora, por favor, senhores deputados, vamos nos ater à convocação do presidente da Sanepar. É uma questão regimental e constitucional, quero esclarecer aos senhores deputados que é essa determinação.

O SR. NEREU MOURA (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, V. Exa. está amparado no artigo 99, parágrafo 3º do Regimento Interno da Casa...

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

E na Constituição, artigo 54.

O SR. NEREU MOURA

Mas, estou me baseando no Regimento Interno que é nosso livro, que nos pauta aqui na Casa, senhor presidente. Agora, se o presidente da Sanepar quiser responder o senhor não pode proibi-lo.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Deputado Nereu Moura, o Neivo Beraldin teve cinco minutos, fez as indagações, as colocações e ficou a critério do presidente responder.

O SR. NEIVO BERARDIN

Senhor presidente, pergunto ao presidente da Sanepar: O senhor deseja ou não responder as perguntas feitas, ou prefere fugir?

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

A sua questão de ordem não tem procedência.

O SR. DURVAL AMARAL (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, não quero insistir no ABC de todos nós, parlamentares, porque todos conhecemos o Regimento Interno. Aliás, o deputado Nereu Moura foi muito feliz quando agora há pouco disse que o deputado Neivo Beraldin foi muito restritivo na convocação do Dr. Teixeira. Na verdade o requerimento é restritivo sim. E eu quero conclamar a V. Exa., não obstante ter ouvido aqui o desabafo do deputado Neivo Beraldin, mas pedir a V. Exa. que faça cumprir o artigo 20, inciso 8º do Regimento Interno que é muito claro, são atribuições do presidente, além de outras conferidas nesse Regimento, chamar a atenção do orador, ou melhor, inciso 7º: - Interromper o orador que se desviar da questão, faltar a consi-

deração aos Poderes constituídos, advertindo-os, chamando à ordem, retirando, inclusive a palavra. Todo respeito ao nosso convidado, o deputado Neivo Beraldin exagerou um pouco, nas suas colocações, eu entendo a sua posição, mas, com toda certeza o presidente da Sanepar, convidado, só irá responder aos assuntos que constam do requerimento que ensejou essa convocação.

O SR. NEIVO BERARDIN (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, desejo fazer uma consideração, não tenho nada pessoal contra o presidente da Sanepar, nada me devota contra ele mas sim contra a sua conduta na condição de presidente de uma empresa pública que mudou o Estatuto, que vem fazendo absurdos com a água de Curitiba e região metropolitana e eu quero fazer a seguinte pergunta: ele deseja ou vai fugir das perguntas?

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

A presidência já deferiu, deputado Neivo Beraldin, o presidente da Sanepar veio para cá com o objetivo específico da sua convocação, foi o que transmitiu para nossa pessoa, como presidente.

O SR. ÂNGELO VANHONI (**Pela Ordem**)

Desculpe-me o deputado Durval Amaral, desculpe-me também a presidência da Mesa mas não dá para fazer a discussão nesse nível. O presidente da Sanepar veio aqui convocado pelo Plenário, ou nós vamos fazer uma mímica, vamos estabelecer a mímica do dever. Não precisamos submeter o Dr. Afonso Teixeira num circo, não é isso que nós queremos. Quero saber o seguinte: se eu quiser perguntar a respeito dos 28 milhões de dólares gastos na represa do Iraí, sobre a composição acionária da empresa, sobre o desencana, sobre todo o plano de obras, sobre tudo isso, como é que está a composição acionária, eu não posso perguntar?

O SR. DURVAL AMARAL

Não. Faz outro requerimento, uma outra convocação, faz uma convocação específica.

O SR. ÂNGELO VANHONI

Faz parte do requerimento! Eu quero saber a respeito do fornecimento de água em Curitiba. E isso está dito no requerimento! A construção da barragem, o dinheiro envolvido, isto faz parte! Ou a empresa serve para quê? A barragem do Iraí serve para quê? Não é para abastecimento de água? Não é para nos trazer água saudável? E o dinheiro da empresa serve para quê? Não é para ser convertido em água? Se a empresa estiver administrando mal o dinheiro da Sanepar, não está trazendo malefícios para o povo do Paraná?

Então, veja bem, deputado, desculpe deputado Elio Rusch, eu sei que o senhor apóia o Governo do Estado do Paraná, mas o senhor não está na posição de Governador e nem de representante do Governo! O senhor está aqui na posição de presidente da Assembléia. Então, a per-

gunta que o deputado Neivo Beraldin fizer ao senhor Afonso Teixeira, cabe a ele dizer: eu respondo com o maior prazer ou eu declino de responder. Não o senhor fazer isto. Desculpe-me!

O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

Eu quero ler para os senhores deputados...

O SR. ÂNGELO VANHONI

Com todo o respeito, não é o senhor que pode responder pelo Dr. Afonso!

O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

Está sempre cumprindo o Regimento, deputado.

O SR. ÂNGELO VANHONI

Eu concordo que o Teixeira não responda nada! Eu concordo com isso. Porque é um direito que lhe assiste. Mas não cabe ao senhor, deputado e nem ao presidente da Assembléia, proibir. Ele sabe que a convocação é pelo regimento, tem os termos ali colocados.

O senhor pode pedir uma questão de ordem e dizer o seguinte: Teixeira, não responda mais sobre isso. Pode. Mas, quem tem que responder é o presidente da Sanepar. Não é o presidente Elio Rusch, que é o presidente da Casa e tem que administrar o debate, apenas.

O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

Eu só gostaria de deixar claro: o Élio Rusch está na presidência e é presidente do Parlamento, não nesta Sessão, não como presidente integrante do bloco do governo. Em absoluto. Nós somos presidente deste parlamento e temos que fazer cumprir o regimento interno e a constituição. Para que não fique dúvida nenhuma, nós vamos ler o artigo 54 da Constituição do Estado do Paraná.

(Lê o artigo 54- Inciso XXXIII)

É o que a presidência está fazendo cumprir. O presidente veio para cá, por uma convocação, está à disposição, é o que ele disse, que ele estaria à disposição de responder as indagações em relação a esse requerimento.

O SR. CEZAR SILVESTRI (Pela Ordem)

Eu acho que a polêmica que foi criada é exatamente na pergunta que o deputado Neivo Beraldin fez ao Dr. Teixeira: se ele vai responder, se ele quer responder ou não. Ele pode dizer que não. Agora, o que nós não aceitamos e acho que todo o povo do Paraná não aceita - até porque uma de nossas finalidades é a de fiscalizar o Executivo, é a de que o Líder do Governo responda pelo Dr. Teixeira e que V. Exa. também responda pelo Dr. Teixeira. Acho que não cabe. Acho que caberia ao Dr. Teixeira dizer "vou responder exatamente às perguntas que estão no requerimento e não responderei às outras perguntas". Agora, cabe a ele responder. Não ao presidente e nem, ao Líder do Governo.

O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

É o que o presidente da Sanepar transmitiu para esta presidência e a presidência está transmitindo ao Plenário. Nós gostaríamos que as perguntas fossem dirigidas conforme o requerimento.

O SR. NEIVO BERALDIN (Pela Ordem)

O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

Deputado Neivo Beraldin, V. Exa. já falou cinco ou seis vezes pela ordem.

O SR. NEIVO BERALDIN

Por gentileza, providencie um microfone para o presidente da Sanepar. V. Exa. está sendo intermediário como presidente da Casa. Ele que tem dizer "sim" ou "não". O senhor está respondendo por ele.

O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

Queremos dizer que as questões de ordem levantadas, são respondidas pela presidência e por nenhum outro deputado, muito menos, por alguém convidado.

Está com a palavra pela inscrição, deputado Augustinho Zucchi, por cinco minutos.

O SR. AUGUSTINHO ZUCCHI

Senhor presidente.

Gostaria de cumprimentar o Dr. Teixeira, presidente da Sanepar. Não sei se vai dar para falar, para fazer uma explanação de cinco minutos, tem algumas coisas que gostaria de ouvir do Dr. Teixeira, se é possível, nos repassar.

Na sua explanação inicial, o senhor falou de quando a direção da Sanepar tomou conhecimento dessa situação vivida na Represa do Iraí. O senhor poderia ver para mim aí, que data foi, que não me lembro?

O SR. CARLOS AFONSO TEIXEIRA DE FREITAS

A Represa, o projeto foi desenvolvido em 1996, a obra foi iniciada em 96.

O SR. AUGUSTINHO ZUCCHI

Não, no meio mais ou menos da sua explanação, V. Exa. falou que teria recebido o indicativo dos problemas ocorridos com algas, etc e tal. E quando é que foi isso?

O SR. CARLOS AFONSO TEIXEIRA DE FREITAS

Desculpe, deputado Zucchi. O que comentei, é que o Plano Diretor de Abastecimento de Água e o esgotamento sanitário da Região Metropolitana de Curitiba, já identifica, potencialmente, esse problema em toda e qualquer obra de barramento, que seja feito para abastecimento na região. E não tem outra alternativa, face a projeção de população, projeção de demanda, outra alternativa que se não, a regularização de vazão desses mananciais, através da construção de barragens.

O SR. AUGUSTINHO ZUCCHI

Quando é que a direção da empresa ficou sabendo dessa situação complicada, caótica, difícil, do tratamento da Represa do Iraí?

O SR. CARLOS AFONSO TEIXEIRA DE FREITAS

Isso apenas quando aconteceu o fenômeno, no início...

O SR. AUGUSTINHO ZUCCHI

Do esgoto?

O SR. CARLOS AFONSO TEIXEIRA DE FREITAS

Não, da proliferação de algas.

O SR. AUGUSTINHO ZUCCHI

E do esgoto?

O SR. CARLOS AFONSO TEIXEIRA DE FREITAS

Não sei de que problema de esgoto, deputado.

O SR. AUGUSTINHO ZUCCHI

O senhor não sabe? Então vou ler para o senhor: “segue anexo, (encaminhado à direção da Sanepar, em maio).

Segue anexo para seu conhecimento, documentação relativa ao problema que vimos enfrentando, face a má qualidade do Rio Iguaçu, o ponto de captação junto a BR-277. Apesar de não ser novidade a questão vem se tornando cada vez mais crítica, devido a estiagem e lançamentos de esgotos in-natura, pela falta de regularização de grande parte de ligações prediais, também de problemas já anteriormente evidenciados.

A situação exige ações rápidas, na medida que o tratamento da água já não está garantindo a qualidade, ocasionando problemas aos clientes, que ameaçam procurar a imprensa para denunciar a situação. Para fazer frente à situação (estou lendo resumos). Isso aqui, Dr. Teixeira, foi encaminhado à direção da Sanepar pelo engenheiro Celso Luiz Tomás, gerente da unidade de distribuição da Região Metropolitana de Curitiba.V. Exa. conhece?

O SR. CARLOS AFONSO TEIXEIRA DE FREITAS

Claro.

O SR. AUGUSTINHO ZUCCHI

Então como é que o senhor não tem conhecimento?

O SR. CARLOS AFONSO TEIXEIRA DE FREITAS

Isso aí não diz respeito à Represa do Iraí, deputado. O senhor falou da captação do Iguaçu, fez referência aí.

O SR. AUGUSTINHO ZUCCHI

Então está bom! Só um minutinho por favor. Não, espera aí, ele disse que não faz parte da Represa do Iraí.

Para fazer frente a essa licitação, torna-se necessário aplicação de uma maior quantidade de cloro, para oxidar os compostos, como: nitratos, nitritos, nitrogênio, amônia e cal, e atingir o residual de cloro livre de 02 ml/L.

No final da redistribuição, recomendado pela legislação do Ministério da Saúde. A limitada capacidade de sistema de cloração, nessas situações críticas, leva a necessidade da redução do sistema de produção, quando não se consegue o residual de cloro livre, exigido pela Portaria e quando é possível as dosagens/limites que chegam em torno de 50 ppms, formam as chamadas cloraminas, pela reação de cloro com compostos nitrogenados.

Essas cloraminas têm cheiro forte e irritante de cloro e desprendem-se frequentemente em altas temperaturas de água, principalmente, em chuveiros, quando esses são percebidos e reclamados pelos clientes”.

Aqui diz o seguinte, Dr. Teixeira “em vista da situação caótica em que se encontra o processo de tratamento, a solução mais eficaz a curto prazo para os problemas do Rio Iguaçu, seria a construção de canal de água limpa, que está em fase de ser reativado, desviando o rio Iraí do seu curso original, e impedindo de receber a contribuição de águas do rio Palmital, enquanto não atingir os valores padronizados pela Resolução do CONAMA.

Pergunto ao senhor: o senhor continua dizendo que não é com relação à Reserva do Iraí?

O SR. CARLOS AFONSO TEIXEIRA DE FREITAS

É verdadeiro sim, isso! E todas as providências relacionadas a isso, já foram tomadas.

Hoje nós temos como rapidamente desviar as vazões do rio Palmital, quando apresenta condições insatisfatórias para tratamento, e contornado está esse problema.

O SR. AUGUSTINHO ZUCCHI

No final do relatório, não sei se a direção da Sanepar deve ter tomado conhecimento, não sei se tomou as medidas, diz o seguinte: “A solução do problema é de muita gravidade, à medida em que se coloque em prejuízo e risco iminente, o abastecimento da área pelo menos 70 por cento da população da Região Metropolitana de Curitiba.

Pergunto ao senhor, o seguinte: daquilo que foi evidenciado aqui, foi realizado, por exemplo, em relação ao esgoto, porque aqui diz claramente que o esgoto estava sendo jogado em *in natura* na represa?

O SR. CARLOS AFONSO TEIXEIRA DE FREITAS

Comentamos, inclusive na explanação, que antes da construção do fechamento da represa, foram investidos volumes de recursos, maiores até do que aqueles investidos na obra de represamento, em obras de infra-estrutura de esgotamento sanitário em toda a região.

Completamente, o Paranasan promoverá novos investimentos nessa região, dos mananciais, porque há necessidade sim de se fazer preservação desses mananciais. Porque Curitiba, como dissemos, tem severas restrições de mananciais para dar suporte ao seu crescimento.

Portanto, todas as ações têm sido direcionadas, têm contemplado de maneira muito significativa, as áreas de mananciais da região Metropolitana.

O SR. AUGUSTINHO ZUCCHI

Aqui no relatório, Dr. Teixeira, que é assinado por três técnicos da Sanepar, encaminhado à direção, diz da alta quantidade de produtos químicos que têm que ser jogado à água, para fazer o seu tratamento e coloca aqui que já em maio de 2000, foi detectado lançamentos de esgoto e que foram levados ao conhecimento da unidade de operação.

Esse é um relatório que dizem os técnicos, que tem que jogar mais produtos químicos, que está tendo uma dificuldade de controlar, inclusive que fala da potabilidade da água, que quando atingida, deixa esse problema do cheiro forte, do odor, por causa das algas que o produto acaba acarretando.

O relatório assinado pelo Dr. Jean Marie, e pelo diretor Financeiro da Sanepar, encaminhado a todas as unidades, diz o seguinte: “a equipe da Sanepar, que estamos chegando quase à metade do ano 2000, e com satisfação percebemos o empenho das unidades, a melhoria dos resultados, a confirmação da aderência entre os resultados, efetivamente alcançados até aqui, as previsões sendo realizadas, e tal”; chamou a atenção em um ponto, e pede para que as unidades resolvam diminuir esses gastos, abrindo o grupo dos custos dos produtos e serviços. Pode-se notar que no total da Cia. os itens, produtos químicos, alcançaram 10,24% a maior. E a energia 1,16% também a maior, que contribuíram negativamente, frente ao resultado positivo.

Eu pergunto ao senhor: o senhor tinha conhecimento desse relatório encaminhado pelo diretor de operações?

O SR. CARLOS AFONSO TEIXEIRA DE FREITAS

Certamente!

O SR. AUGUSTINHO ZUCCHI

E como é que se justifica, os técnicos tendo que colocar o maior número possível de produtos químicos, para poder controlar a qualidade da água. E o diretor de operações, dizendo que tem que reduzir os gastos em produtos químicos! E daí a população que tome o quê?

Como é que faz? Não é uma contradição?

O SR. CARLOS AFONSO TEIXEIRA DE FREITAS

Absolutamente, deputado. Desculpe-me, mas os técnicos podem tranquilamente entender isso com muita tranquilidade.

O excesso de produtos químicos, às vezes dosado de forma não racional, pode até prejudicar, além de aumentar significativamente os custos, não resolve absolutamente o problema da água.

Pioram a qualidade. Então o que está se recomendando, é que se usem os procedimentos adequados, para identificar as quantidades adequadas, de produtos químicos, para que não se desperdice mais nada.

Nesse ponto, um dos destaques, digamos, que tem possibilitado a Sanepar apresentar-se como uma das empresas de melhor desempenho no País.

O SR. AUGUSTINHO ZUCCHI

Então quer dizer que está errado, aqui...

O SR. CARLOS AFONSO TEIXEIRA DE FREITAS

Não, absolutamente...

O SR. AUGUSTINHO ZUCCHI

Sou leigo no assunto, embora seja engenheiro agrônomo, entendo alguma coisa de alga, mas gostaria de perguntar o seguinte para o senhor: então está errado o relatório dos técnicos que diz: “para fazer frente a essa situação, torna-se necessária a aplicação de uma maior quantidade de produtos químicos...”.

O SR. CARLOS AFONSO TEIXEIRA DE FREITAS

Sim! Nesse caso específico, deputado...

O SR. AUGUSTINHO ZUCCHI

Sim mas e daí! E daí o diretor de operações, visando a questão obviamente, exclusivamente, do lucro e ele diz o seguinte: “que os técnicos, que o pessoal tem que reduzir a quantidade de produtos químicos estabelecidos...”.

O SR. CARLOS AFONSO TEIXEIRA DE FREITAS

Eu vejo de forma diferente, até a postura deste diretor de uma forma muito responsável, recomendando que não se faça o desperdício do dinheiro público, e que se gere mais lucro, porque o que está se fazendo ao dosar inadequadamente o produto, é desperdício de dinheiro público, dinheiro que se precisa investir em rede de tratamento de esgoto sanitário para evitar que tenha que usar mais produto químico naquela água a ser tratada.

O SR. AUGUSTINHO ZUCCHI

Então vamos entender. Parece-me que o relatório tem algum problema, porque... então não é verdade que tem que usar, no caso da represa do Iraí, não tem que usar uma quantidade muito maior de produtos químicos. É o que dizem os técnicos aqui!

O SR. CARLOS AFONSO TEIXEIRA DE FREITAS

Ele fala do rio Palmital, lançamento de esgoto no rio Palmital, na capacitação do rio Iguaçu. E a Sanepar atua em todo o Estado. Essa circular que foi mandada

pelos diretores foi dirigida a todos os gerentes que cuidam da área de operação, de produtos de água da Sanepar, não especificamente e exclusivamente a esses que operam o sistema de Curitiba do rio Iguaçu.

O SR. AUGUSTINHO ZUCCHI

Esse canal de água limpa que estava sendo reativado, foi efetivado?

O SR. CARLOS AFONSO TEIXEIRA DE FREITAS

Está concluído, está sendo usado.

O SR. AUGUTINHO ZUCCHI

Já está sendo usado o canal?

O SR. CARLOS AFONSO TEIXEIRA DE FREITAS

Sim.

O SR. AUGUSTINHO ZUCCHI

E com relação ao esgoto que fala da penitenciária?

O SR. CARLOS AFONSO TEIXEIRA DE FREITAS

O esgoto da penitenciária é devidamente tratado, dentro da própria penitenciária, uma unidade de tratamento e o afluente dessa Estação de Tratamento era lançado na área da represa e está sendo desviado, está sendo feito uma obra que vai fazer com que esse lançamento, na etapa posterior de obra, chegue à Estação Atuba-Sul, em Curitiba, para ser reprocessado naquela unidade.

O SR. AUGUSTINHO ZUCCHI

Mas olha aqui! Aqui diz, na Lei nº 8935, de março de 1989, veja bem, não estou fazendo, uma... apenas para esclarecer, sabe por que, doutor Teixeira? Porque é duro! É duro, eu fui ontem à noite em Pinhais. É duro o sujeito não conseguir tomar banho com a água. É duro a mulher do restaurante preparar a salada e a salada permanecer intacta em cima da mesa, ninguém comer a salada.

A população, ainda bem que o senhor falou que aquele índice de satisfação da população foi feito bem antes da evidência desse problema, se o senhor fizer essa pesquisa, agora, pode ter certeza absoluta, terá uma surpresa nessa pesquisa, porque lá... Olha! Lá o pessoal não está... os que não podem comprar água, têm ido à Prefeitura, doutor Teixeira. E vejo, a Lei, a Legislação Ambiental, e eu que fiz parte do ITCF, já fui presidente do IAP, a Legislação diz o seguinte: “são proibidas as instalações nas bacias das seguintes atividades ou empreendimentos que podem agravar o problema da poluição”. Coloca aí uma série de coisas como indústrias fecundárias, indústrias metalúrgicas, indústrias químicas, matadouros e etc. E ali coloca: “estabelecimentos hospitalares, presídios, hospitais, sanatórios e leprosários”. Como é que a Sanepar fez essa represa, considerando que tinha ali o presídio, por exemplo, que contaminava a água?

Veja bem, doutor Teixeira, quero colocar uma coisa aqui, deputado Durval, que ultrapassa... estou

esquecendo tudo, como Partido Político, não interessa nada, até acho que quem não foi lá, verificar *in loco* essa represa do Iraí, eu faço um desafio, quero pegar... o senhor está aqui e em respeito ao senhor não vou fazer, obviamente, essa colocação, ao doutor Jean Marie, que em uma palestra se referia: “O País de vocês, o País de vocês”. Ele que está morando no nosso País eu faço um desafio para ele, ele que vá lá perto da represa do Iraí, que pegue aquela água tratada que sai da reserva, da represa de Iraí e que se ele tomar, eu faço um desafio perante todas as câmeras de televisão, eu quero ver ele tomar aquela água e seus filhos também.

Deputado Durval é caso estarrecedor, a população não merece isso. Vejam bem, a população de Pinhais está mais atônita porque a represa é ali, mas é 70% da população da Região Metropolitana de Curitiba, e os técnicos evidenciaram isso, e ainda diziam no relatório: “quando possível chegar os índices à contabilidade”. Agora, pergunto o seguinte: será que houve a distribuição dessa água sem estar dentro dos requisitos da contabilidade conforme diz o Ministério da Saúde, etc. e tal?

Então, doutor Teixeira não é com relação ao senhor que lhe respeito muito, sempre me atendeu muito bem como parlamentar, não tenho absolutamente nada a lhe falar sobre a sua postura frente a este parlamentar; mas a questão da água eu acho que V. Sa. como presidente da empresa deveria pelo menos chamar o governador e dizer: “olha, nós temos problemas”. Como o senhor falou: “olha, mas e daí vamos cancelar a represa, não, não é essa a alternativa, qual é a alternativa, o que tem que fazer, da onde tem que vir o recurso; aonde que tem que cancelar o recurso no Estado para investir nesse negócio, porque nós não estamos tratando de água para porco, para cavalo, é água para a população. E eu vi o quanto está atônita a população de Pinhais.

Então, só coloco essa preocupação; os técnicos, eu acho, fizeram a sua parte; nos relatórios, os técnicos foram precisos e competentes. O problema é que não sei se é o Prosam, se é verba do Bird.

Teria outras colocações mas já me excedo no tempo Presidente e vou encerrar. Doutor Teixeira, leve da Assembléia, pelo menos da minha parte, só o seguinte: só estou preocupado com o que eu vi, não tomo água da Sanepar, e duvido que alguém da Sanepar que vá lá, perto da represa do Iraí, pegue a água tratada que sai de lá, tome e dê para os seus filhos. Duvido que isso, aconteça.

Muito obrigado.

O SR. CARLOS AFONSO TEIXEIRA DE FREITAS

Realmente fico surpreso deputado, porque como eu comentei, acho que todos os cuidados e todos os técnicos que trabalham na Sanepar têm consciência da sua responsabilidade, principalmente ao disponibilizar à população um produto essencial; e que realmente se houvesse qualquer dúvida quanto à sua toxidade, ou que pudesse vir a causar algum dano à saúde de alguém, eles seriam os primeiros a não permitir que isso acontecesse,

a fazer um alerta a todos e suspender, até como está nesse documento aí que casos em que a poluição aumentou muito lá que se fazer a suspensão do fornecimento.

O SR. AUGUSTINHO ZUCCHI

Doutor Teixeira, estou falando sobre aquilo que presenciei ontem à noite; todo mundo pode ir a Pinhais evidenciar isso. A população está temerosa com relação à água. Gostaria de dizer a V. Sa. o seguinte: eu sei que esse consórcio que foi feito na Sanepar, obviamente nós temos a direção de operações, que é doutor Jean Mari que responde, aquela coisa toda... temo pelo seguinte: porque passa a valer muito do lucro, o senhor sabe o que eu estou falando. Há pouco tempo atrás tínhamos o saneamento rural, um programa brilhante exercido pela Sanepar, foi definhando. Claro, é um programa social.

Acho que V. Sa. não precisava ter nenhum deputado como seu adversário, acho que não; poderia ter todos como aliados, independente de Partido, todos em defesa da água consumida pela população de Curitiba. Vamos ao governador, nós temos essa condição, vamos cancelar a rubrica orçamentária, investir prioritariamente naquilo que está sendo essencial e fundamental neste momento.

Eu não sei quanto precisa, V. Sa. com certeza tem uma condição maior de saber.

Gostaria de dizer, pelo respeito que tenho por V. Sa. doutor Teixeira, que não levasse isso como uma posição pessoal, jamais.

Eu tenho um respeito muito grande pela equipe técnica da Sanepar, pela empresa que é, que todos nós fizéssemos um esforço nesse sentido, não pagando mais, doutor Teixeira, para deixar passar o seguinte: “olha, a Sanepar está fazendo todo o possível”. Mas é que todo o possível nesse caso, não significa o que a população precisa. A população tem que ter no mínimo, se não é verdade que a água tem problema de potabilidade, a segurança de que isso não é verdade, tem que ter. Senão, deputado Neivo, é a cruz e a espada; não tem coisa mais triste. Qual é o deputado que toma água da torneira? Nós compramos água mineral. Mas e a população pode comprar água mineral? Não pode.

Então, a questão, deputado Durval Amaral, eu acho que é uma questão que extrapola qualquer partido político, qualquer comissão de sindicância.

Tem algumas outras questões que o deputado Neivo levantou, administrativas; esse é um outro *rond*. Agora, essa questão primordial da água nos une, não nos divide.

Muito obrigado!

O SR. CARLOS AFONSO TEIXEIRA DE FREITAS

Da mesma forma, deputado, não os tenho absolutamente como inimigos. Nunca tive nenhum deputado desta Casa como inimigo pessoal meu. Sempre quando os recebi na Sanepar, em visita a algumas localidades do

interior, sempre discutimos e sempre concordamos na luta, na necessidade de levar essa melhoria, o saneamento básico a toda a população do Estado. Não temos, evidentemente, condições de um atendimento pleno em tão pouco tempo.

A Sanepar está evoluindo, os índices que mostrei anteriormente são formidáveis, a empresa tem crescido significativamente na expansão dos seus serviços. O importante é isso: que a partir desses índices já atingidos pela Sanepar, a cada novo passo, ela se aproxima muito das populações mais carentes, das periferias das cidades, são as populações que mais precisam do saneamento básico.

E preocupa-me muito, deputado, quando são feitas colocações, como o senhor fez agora, de que água não tem qualidade, que nós não podemos tomar essa água. Isso, absolutamente, eu não posso concordar. Desculpe-me, acho que é uma atitude que vai contra o interesse da saúde pública, porque a água da Sanepar é absolutamente segura, deputado, pode ter certeza disso. Todos os técnicos da Sanepar afirmam isso com toda a convicção.

O que me preocupa é quando afirmações desse tipo colocam a população exposta, daí sim, a ir buscar alternativas que não tem, como o senhor falou, condições de comprar água mineral, vem buscar uma água de poço, uma água de fonte, que essas sim, com muito mais probabilidade estarão contaminadas e causando um dano terrível à saúde dessa gente.

O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

Com a palavra o deputado Irineu Colombo, por cinco minutos.

O SR. IRINEU COLOMBO

Boa-tarde a todos. Quero cumprimentar o nosso visitante, senhor presidente.

A Rainha francesa do Luiz XVI quando o povo reclamava da falta de pão, ela falava assim: “Dê brioches ao povo”. Porque achava que todo o povo comia brioches, que é um pão mais qualificado.

Então, às vezes perdemos o senso de realidade, como falou o deputado Augustinho Zucchi, que quem está bebendo água mineral não está percebendo a situação delicada que o Paraná está vivendo.

Eu acho que a Sanepar está fazendo isso: “Ah! A água é boa para o consumo, fedorenta, mas é boa para o consumo. A cor da água é ruim, mas é boa para o consumo. Dê brioches ao povo. Não é assim. Tem algum problema.

Eu tenho várias indagações a serem feitas, mas como sou proibido, aliás, o governo é proibitivo no sentido da transparência. Tudo é proibido. Para nós, o Regimento não vale para dar transparência, mas para encobrir os “rolos”, os desmandos, a pouca capacidade administrativa, aí vale o Regimento. O que nos dá o direito à rebeldia.

E inúmeras perguntas que eu não vou fazer, porque não vai ter resposta. Vou fazer em forma de requerimento, vamos ver se será aprovado na próxima Sessão.

Mas, antes de fazer a pergunta quero fazer algumas considerações. Na composição acionária da Sanepar o grupo francês Vivandi detém apenas 11% da empresa, e no entanto a controla. Vieram para cá e deram o seguinte recado em reunião técnica - que o custo do tratamento da água é muito caro - precisamos diminuir o custo de tratamento da água - em reunião técnica foi dito isto. A partir daí, eu não sei era uma opção de economia do custo da água ou se é uma opção francesa, já que os melhores perfumes são franceses, exatamente porque em vários relatos antigos, os franceses, não os atuais franceses, eles se orgulhavam de passar dias e dias sem tomar banho. Porque eles são acostumados a se perfumar ao invés de cuidar da higiene, nós não podemos ter a mesma cultura no nosso perfume e na nossa água. Será que é isso, senhor presidente? Quando os franceses chegaram aqui a água passou a ser fedorenta? Vamos confirmar que os frascos perfumados são franceses para encobrir o cheiro do corpo? Tem alguma relação a ver?

Dá-me o direito da rebeldia a não transparência do governo. Mas, qual é a instituição independente, que fez uma análise independente e publicou nos principais jornais das condições físico, químico e biológico da água na torneira do consumidor? Porque quem entende de alimento, e a água além de ser solvente também é alimento, sabe que entre as características de um alimento estão, além da questão da saúde, a questão do paladar, da consistência, como apresenta-se a densidade na boca; quem trabalha com alimentos sabe disto, a água não só é alimento como solvente para o organismo.

Então, esta análise do gosto é uma análise de qualidade. Não vamos menosprezar. Não vamos continuar falando - dê brioche ao povo. Vamos dar água de qualidade, sem gosto e sem cheiro. E essas perguntas eu remeto depois. Gostaria que V. Sa. falasse um pouco sobre os perfumes franceses também.

Obrigado.

O SR. CARLOS AFONSO TEIXEIRA DE FREITAS

A Sanepar tem laboratório certificados pela ISO 9000 e ela faz todas as suas análises. A Secretaria da Saúde, a vigilância sanitária de Curitiba, duvidando da competência dos técnicos da Sanepar, o que gerou até, sendo bem franco, um certo constrangimento a todos os técnicos da Sanepar, encomendou mesmo análise fora, em laboratórios em São Paulo, no Rio de Janeiro e não sei mais onde, mas nada, absolutamente nada diferente do que os resultados que os laboratórios da Sanepar fazem, conseguiram identificar esse laboratório. Há absoluta conformidade em tudo o que a Sanepar realizar em seus laboratórios.

O SR. IRINEU COLOMBO

Foi publicado em que jornal?

O SR. CARLOS AFONSO TEIXEIRA DE FREITAS

Esses relatórios não são publicados em jornal. A Sanepar faz a publicação, o encaminhamento de todas as suas análises, de todos os laudos que são atestados à vigilância sanitárias de cada um dos municípios atendidos pela Sanepar.

O SR. IRINEU COLOMBO

Nós não podemos ficar constrangidos porque o povo está tomando água com bastante constrangimento, nenhum constrangimento.

Eu faria um desafio, senhor presidente: remeta à Universidade Federal do Paraná ou aos laboratórios das unidades do Cefet que são laboratórios que trabalham, com alimento, com a qualidade, para que seja remetido para nós um laudo, um relatório neste sentido, qualidade físico, química e biológica das condições da água, considerando como solvente e alimento. Não apenas se faz mal ou não.

O SR. CARLOS AFONSO TEIXEIRA DE FREITAS

...essa sua suspeita, deputado,...

O SR. IRINEU COLOMBO

Permita-me concluir, isto é uma questão de transparência e de vontade de resolver as coisas e não de escondê-las.

Dizer que foi feito em laboratório de São Paulo, quero saber qual o laboratório e se possível, peço ao presidente Elio Rusch, que sejam de imediato requeridos todos os relatórios desses laboratórios de São Paulo e do Rio de Janeiro que forneceram esses laudos, mas o interessante seria um outro órgão...

O SR. CARLOS AFONSO TEIXEIRA DE FREITAS

...não vejo problema nenhum deputado, inclusive remeterei aqueles que a Sanepar solicitou e os que foram solicitados por instituições externas à empresa também, cujos dados teremos acesso e remeteremos sem problema nenhum.

O SR. ALGACI TULIO (Pela Ordem)

Cinco minutos é pouco, vou tentar ser rápido.

Eu já disse também, e faço minhas as palavras do deputado Augustinho Zucchi, não se trata de nenhuma questão política partidária, mas trata-se da política de saúde do povo da minha cidade, da minha Região Metropolitana que diariamente reclama da qualidade da água. Daqui a pouco vou mostrar umas fotografias, para comprovar o que a gente viu, quando fizemos uma visita, no dia 13 de agosto, na represa do Iraí.

Eu pergunto, Dr. Afonso, tem conhecimento sobre o prognóstico sobre a qualidade das águas do futuro reservatório do Iraí, feita pelos professores Ernani Francisco da Rosa Filho, da Universidade Federal do Paraná, Leda Dias do IAP e Norberto Ramon da Sudhersa? Esta é a primeira pergunta e baseado neste primeiro relatório

que fala que a bacia da área do Iraí, com uma área de drenagem de 163m está localizada na região nordeste que fala tudo mais e fala aqui na sequência de que representada pelos rios Canguiri, Timbu, Curralinho e Iraizinho que recebe uma carga orgânica doméstica de aproximadamente 260 quilos/dia de carga orgânica e o consumo de agrotóxico utilizados nas principais culturas da região é de aproximadamente 3400 quilos/ano.

Fala mais, ainda aqui, neste relatório, a bacia hidrográfica do Iraí recebe os esgotos domésticos sem tratamento de chivias (?) proveniente de depósito de lixo, os agrotóxicos e fertilizantes aplicados na agricultura e uma carga de afluentes oriundas das indústrias da região.

Estou aqui pegando apenas, alguns tópicos deste relatório.

Você prevê que por conta do histórico de reservatório e similares a ocorrência dos seguintes problemas de qualidade de água, caso não haja um manejo adequado, a decomposição da vegetação alagada com conseqüente consumo de oxigênio e depois aqui, aceleração do processo de autotrofia, (?) causada pelo aumento de nutrientes, especialmente nitrogênio e fósforo o que resultará no crescimento de macrófitas, depois mais aqui, ainda fala da preservação da eutrofização exige providências para atenuar ou prevenir o impacto da ação sobre a qualidade da água, recomenda-se portanto algumas medidas de manejo no período que antecede o enchimento do reservatório relacionadas a seguir: limpeza da área do reservatório; a redução da qualidade da biomassa; evitar queimadas; se tudo isto foi realmente providenciado.

Fala aqui, projeto para construção de reservatórios, a exemplo do Iraí, ainda que relativamente distantes das populações exigem medidas de manejo e recuperação, sem as quais a qualidade da água será rapidamente deteriorada e resultará no comprometimento do abastecimento público da Região Metropolitana de Curitiba. O que me parece que acabou realmente acontecendo, ainda, vejam aqui ao entorno da represa estão Instituto Agrônomo do Paraná, o IAPAR, Empresa Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural, Emater, Universidade Federal do Paraná, Colônia Penal Agrícola, Banco do Estado do Paraná, Fazenda Modelo Experimental do Hospital Adalto Botelho, Penitenciária Central do Estado, Escola Queirós Filho, Complexo Penal, tudo isso faz parte do entorno da represa.

E eu queria fazer a leitura, quando nós tivemos lá, no dia 13, ao final de uma Sessão bastante tumultuada aqui na Casa; chegamos lá por volta das 17 horas, estava claro, dava para ver. A deputada Luciana, deputado Ademir Bier, deputado Neivo Beraldin e eu, e constatamos, através dessas fotografias, - eu ouvi agora há pouco o Afonso falar, deputado Augustinho Zucchi, que nós estamos dizendo que a água é de péssima qualidade e isso é levar a população a uma situação terrível, aquela coisa toda. Mas como é um cidadão que viu pela televisão e viu pelos jornais fotografias como esta, que esta era a quali-

dade da água que estava lá, na represa do Iraí, era esse verdume total que estava lá, que nós pudemos constatar. Como é que um cidadão, vendo isso pela imprensa, vai ter coragem de tomar essa água, sabendo que essa água, muito embora passe pela estação de tratamento, mas é a água que vai chegar lá na sua torneira, na sua casa.

Fala-se que deveria ter sido feito um desmatamento antes do enchimento do lago e nós pudemos constatar, naquele fim de tarde, início de noite, ainda agora sendo feito o desmatamento, o corte de árvores, nessa região toda. Constatamos também que há uma estação de tratamento de esgoto, bem próxima, a menos de 3 ou 4 metros do lago, tenho aqui o testemunho de deputados que foram lá conosco, e a gente sabe que aquela é uma região bastante baixa, por isso se deu preferência a fazer a represa lá e nas enchentes qualquer chuva faz com que o nível do lago chegue a ultrapassar aqui onde está a estação de tratamento de esgoto, que é o que sai do Hospital Adauto Botelho. E nós vimos, inclusive, lagoas totalmente a céu aberto, a menos de 50 metros do lago. Qualquer enchente, naquela região, certamente fará com que a lagoa de esgoto se misture ao lago. Conversamos com um morador próximo, não vou citar o nome, senão amanhã ele estará com a vida complicada, mas ele falou, no linguajar do cidadão comum, ele fala bem aqui, olhem: - "Há quanto tempo ocorreu aquela enchente que alagou toda esta área? - Mais ou menos 2 anos e pouco, e a Penitenciária Central nunca teve recolhimento de lixo e o aterro era feito ali mesmo." Ali se fazia o aterro do lixo hospitalar, do Hospital Adauto Botelho. Aí perguntamos mais: mostramos as coletas do deputado Neivo Beraldin, daquele lixo hospitalar, que tinha era lixo do gado, que era vacinado, o que se imaginava que era lixo hospitalar era lixo do gado que era vacinado; quem entende bem disso é o deputado Pessuti, que é veterinário. Porque ali no Parque tinha exposição de gado e vinha todo o lixo para cá. A casa do cidadão fica a menos de 100 metros do lago. Todo esse lixo era o que vinha de lá para cá. "Na última enchente que teve aqui, faz mais ou menos uns 2 anos, aquela estação de tratamento de esgoto inundou, aquilo ali, tem tanta coisa errada aqui, que meu Deus do céu, não dá nem para falar. Tem coisa da Sanepar, que ela mesma é culpada, eles estouraram o cano que está escorrendo para a barragem e é tudo água de esgoto que corria naquela vilela." Está aqui ele mostrando para a gente a vilela que a gente pode comprovar lá também. - "É aquela valetinha que tem ali, aponta ele, é o esgoto que corre aqui na frente, vem do manicômio, das casas, do hospital. Bastava uma chuvinha e entupia todo o esgoto, a Sanepar viu mas não conseguiu desentupir. Foi furado por baixo, que tem um córrego que vem do pátio do hospital e está saindo, direto para a barragem". - Mas não está passando pela estação de tratamento? - "Passa, mas é pouco, cai quase tudo direto na barragem, pode fazer uma base lá, isso mais ou menos um ano e essas coisas a gente sabe mas não quer se envolver, porque senão, a gente mora aqui, é aquela situação toda." Ele fala isso aqui

tudo, na linguagem popular. O que nos preocupa, na verdade, é tudo isso que nós verificamos, lá na represa do Iraí. Evidentemente que esse estudo que foi realizado por técnicos da Sudhersa, da Universidade Federal do Paraná e do IAP, evidentemente que deve ter merecido, por parte da direção da Sanepar, Dr. Afonso, alguma consideração, e aí eu pergunto: qual foi a justificativa para se fazer, ali mesmo, com todos esses impactos ambientais que a represa provocaria e que provoca hoje?

Aí ele fala mais ainda também aqui que ao redor, em torno do lago, existem várias represas, e ele cita os nomes de algumas empresas que acabam jogando diretamente o seu esgoto, o seu lixo. Tem muitas fábricas ali: tem a Oggi, tem a Eternit, a Rochedo, uma fábrica de tinta perto da Oggi, uma fábrica de papel higiênico em Quatro Barras e todas elas soltam um pouco. “Agora por último, esta última enchente que deu, esta chuvarada, nesta eles aproveitaram o embalo da chuva e soltaram tudo para dentro do lago”.

Eles falam, aqui neste linguajar popular do cidadão que mora na região. Eu pergunto: como é que o senhor quer que o povo da cidade não se preocupe diante de todo o noticiário, diante de tanta reclamação, e nós vemos, como homem de comunicação, recebemos isto diariamente toda esta situação do mau cheiro, da qualidade da água, BHC, aliás, é bom lembrar que uns dois meses antes de toda esta situação crítica com relação à água, o deputado federal Max Rosemann havia feito uma denúncia grave, grave, e que foi acusado, até, de causar um impacto na sociedade, quando criticou o excesso de cloro, o excesso de qualquer outro produto químico na água.

Pergunto, Dr. Teixeira: como é que vamos responder para a sociedade e dizer “pode tomar da água, garantimos que é de boa qualidade”, quando têm conhecimento de toda esta situação que acabamos de mostrar aqui e os demais Parlamentares também.

Muito obrigado.

O SR. CARLOS AFONSO TEIXEIRA DE FREITAS

Deputado Algaci Tulio, eu acho que este relatório que o senhor mencionou, de autoria conjunta de técnicos da universidade, do IAP e tudo mais, vêm simplesmente a confirmar aquilo que havia dito, que consta nos relatórios e no próprio plano diretor de abastecimento da nossa região. Há necessidade, sim, de se fazer o manejo onde se constroem as barragens, há necessidade de uma série de providências. Providências estas que eu volto a lembrar ao deputado: maior investimento que o próprio valor na construção da barragem foi realizado em toda aquela região. Mais de 22 milhões de reais foram investidos na infra-estrutura de saneamento, na coleta de esgoto, inclusive dessas indústrias que foram mencionadas, que têm sim seu esgoto coletado, devidamente tratado. E o efluente desse esgoto é lançado para fora da bacia. É feita uma reversão, para que não haja o lançamento de mais nutrientes no próprio corpo da barragem. Então, foi mais

um alerta, sim. E as providências todas estavam em andamento. E foram executadas as obras, antes do fechamento, antes da própria formação do lago.

A coloração da água, deputado, realmente impressiona, mas não é o que é importante, e o processo de tratamento, realmente, elimina toda esta coloração e como comentei anteriormente, desde o dia 06 de agosto, para ser mais preciso, a água não tem apresentado mais nenhuma objeção quanto ao seu odor ou ao seu sabor. Está, rigorosamente superado o problema e não temos nenhuma reclamação, não tem sido constatado mais nenhuma irregularidade quanto a isso.

O esgoto da Colônia Penal Agrícola, o esgoto do Hospital Adalto Botelho, são tratados dentro de unidades de tratamento das próprias instituições. E o lançamento do seu efluente vinha sendo feito no corpo da barragem. Agora, iniciamos e já estamos quase concluindo as obras que visam lançar o efluente desses esgotos, também, nas unidades de tratamento fora da bacia, o que vai eliminar, definitivamente esses problemas. Isto já estava previsto. Não foi uma providência emergencial, agora. Acontece que os recursos que são agora de uma segunda etapa do projeto, que são os recursos do Paranasam, estão ainda em fase de licitação. Antecipamos algumas obras para, justamente, contornar e eliminar esses problemas que estavam sendo identificados. Alguma irregularidade foi constatada, sim, nas ligações internas do Hospital Adalto Botelho, que estava ocasionando o lançamento de esgoto, fora das unidades de tratamento. Isso já foi, tão logo identificado, providenciado a recuperação das tubulações e elas funcionam perfeitamente, hoje, sem mais esse lançamento de esgoto bruto na represa.

Os níveis das unidades de tratamento certamente que, os técnicos avaliaram precisamente, os níveis de possível transbordamento dessas unidades, o que está, absolutamente fora da área de inundação da barragem, o que assegura a condição sanitária para que aquele efluente lançado então, às outras unidades de tratamento, não atinjam também, a represa.

Enchentes de dois anos atrás, não tenho conhecimento se por ventura houve alagamento em alguma unidade interna, que pode ter causado problema.

Hoje, com o monitoramento que está sendo feito, pela proximidade ao corpo de toda represa, posso assegurar que isso não mais acontecerá.

As empresas que o senhor citou, que estão dentro da Bacia, com a obra que foi executada de coleta e tratamento, elas têm os seus efluentes adequadamente coletados e tratados.

Recentemente, o IAP fez uma varredura, digamos assim, em todas essas indústrias, para evitar as condições desses lançamentos; detectou algumas irregularidades, autuou essas empresas que já estão promovendo a adequação das suas unidades, para que o lançamento ocorra, efetivamente, dentro das unidades construídas para tal fim.

O SR. ALGACI TULIO

Tenho a réplica?

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Tem a réplica, por três minutos.

O SR. ALGACI TULIO

Senhor presidente: objetivamente, pude constatar que, na verdade, o presidente da Sanepar reconhece algumas irregularidades que aconteceram antes da liberação dessa água, após o preenchimento do lago. E não foram feitas, foi realmente essa questão do Hospital Adalto Botelho, das empresas em torno do lago e até, aliás, V. Sa. acabou de falar, que as medidas tomadas agora, para o tratamento dos rios, que são os efluentes da represa.

Então, o que quer dizer? Que não teria sido feito devido ao manejo, antes da formação de lago. Dependia disso? Faltou se fazer o manejo?

O SR. CARLOS AFONSO TEIXEIRA DE FREITAS

Está sendo feito o manejo, vinha sendo feito. Mas, evidentemente, pela extensão, deputado, pode alguma coisa... e são parcelas muito pequenas que foram identificadas, nessa ocasião. São correções, ajustes, que estão sendo feitos e que, eternamente serão feitos, porque sempre acontecerão transgressões à legislação e alguém vai promover alguma eventual contaminação. Mas, para isso, existem os órgãos de fiscalização que deverão exercer a sua função para evitar.

O SR. ALGACI TULIO

Se tivéssemos, hoje, que interditar a represa do Iraí, qual seria a alternativa da Sanepar, da busca da água para abastecer esse um milhão e cem mil pessoas?

O SR. CARLOS AFONSO TEIXEIRA DE FREITAS

As alternativas para abastecimento são todas já delineadas no plano diretor; a Sanepar já está em processo de licitação, a obra da barragem Piraquara 2, e na sequência, já deverá, provavelmente em 2002, ser licitada obra da barragem do rio Miringuava e a respectiva unidade de tratamento, daquela água reservada no rio Miringuava.

Então, as alternativas são sempre, lembro, deputado, e repito, através de novos barramentos para regularizarmos a vazão necessária para o atendimento dessa demanda, dessa crescente população na nossa região metropolitana.

O SR. ALGACI TULIO

Não temos risco nenhum de que um acidente na BR-116, possa provocar, por um veículo, caminhão, transportando uma carga de agrotóxico, de atingir a represa?

O SR. CARLOS AFONSO TEIXEIRA DE FREITAS

Existe, evidentemente.

O SR. ALGACI TULIO

E que medidas foram tomadas nesse sentido para evitar que isso aconteça?

O SR. CARLOS AFONSO TEIXEIRA DE FREITAS

Bom, primeiro: no instante em que possa ser constatado um acidente dessa natureza, a empresa certamente fará o fechamento das comportas, para que fique isolada aquela água da represa, para que ela não chegue às captações de água. Eventualmente, se ainda nesse período tivermos a incidência de uma chuva, que faça com que haja o vazamento do reservatório, temos alternativas de o canal de água limpa e o antigo leito do rio Iraí, que poderemos desviar a água para a potencialização por uma dessas vias, e a água, digamos contaminada da represa, pela outra via.

De sorte a não comprometer as capacitações de água.

Vamos torcer para que isso não aconteça.

O SR. ALGACI TULIO

Falou-se de um cemitério nas proximidades, que até chegou a ser interditado pelo IAP, o que esse cemitério pode trazer de complicação para a represa? Para o lago?

O SR. CARLOS AFONSO TEIXEIRA DE FREITAS

Acredito, pelas avaliações técnicas que foram feitas, deputado, pelos sistemas de drenagem e de proteção que foram feitas nesse cemitério, que está a uma relativa distância do reservatório, nenhum impacto deverá trazer ao reservatório.

O SR. ALGACI TULIO

Estou satisfeito, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Pela ordem de inscrição, o senhor Orlando Pessuti.

O SR. ORLANDO PESSUTI

Senhor presidente, senhores deputados, doutor Teixeira, demais integrantes da Sanepar aqui presentes.

Eu, no primeiro momento, quero manifestar toda a minha solidariedade, o meu respeito à Sanepar, aos integrantes dessa empresa, até porque sabemos da sua história no Estado do Paraná.

Não posso também me furtar de, neste momento, manifestar toda a minha solidariedade ao trabalho do deputado Neivo Beraldin, junto com outros parlamentares, mas especialmente ao deputado Neivo Beraldin que vem desenvolvendo, não só na Comissão de Meio Ambiente, mas também neste Plenário e na Comissão Especial. Com vistas, evidentemente, de elucidar uma série de questões que envolvem a nossa Cia. Paranaense de Saneamento, que, diga-se de passagem, é uma empresa, vamos dizer pública e que desenvolve uma tarefa das mais importantes, já que é concessionária, representante

dos interesses de pelo menos a maioria dos municípios do Paraná.

Então, é necessário que um assunto dessa envergadura seja realmente tratado com importância que tem. E muitas vezes até, presidente, não se observando “a risca do fio da navalha” de um Regimento, porque muitas vezes em uma conversa, em um debate como este, se faz necessário esclarecimentos, que por ventura, não tenha sido sugerido em requerimento aprovado por este Plenário.

Por esta razão, entendo que é fundamental sim, presidente Elio Rusch, deputado Durval Amaral, Dr. Afonso Teixeira, que algumas questões que são levantadas no dia-a-dia pela Imprensa neste Plenário, possam ser esclarecidas.

Se não hoje, quem sabe amanhã ou depois em uma outra reunião.

Mas, é necessário que a Sanepar que representa os interesses de todos nós paranaenses, e represente os interesses do Estado, os interesses dos municípios, os nossos interesses enquanto parlamentares e cidadãos consumidores de água da Sanepar, que fique claro, evidentemente, esta relação que a muitos parece insistiosa, que mantém com mercado, precisa ser isso colocado a limpo, às claras, porque afinal de contas, esse é o papel do Parlamento. E essa é a obrigação de quem dirige uma empresa pública.

Precisa ser sim, no momento oportuno, se não hoje, mas precisa ficar claro o porquê dessas alterações estatutárias, sem que para isso se tenha dado, como pude entender naquela reunião que tivemos alguns dias atrás no plenarinho, sem que para isso tenha sido dada a devida publicidade, sem que para isso tenha se prestado as devidas informações.

É necessário que se esclareça essa notícia dos altos salários praticados, quer dizer: aplicados hoje pela Sanepar, porque afinal de contas, é uma empresa pública, que tem que dar conta dos seus atos.

É lógico, tem um Conselho de Administração, mas em cima desse Conselho da Administração, existe um Governo do Estado, que se reporta para esta Assembléia, que é o seu agente fiscalizador.

Então, essas preocupações todas têm que ser esclarecidas, para o bem de quem? Da população do Paraná e da própria empresa que não pode ficar a vida inteira sob suspensão.

Manifesto aqui a minha solidariedade ao deputado Neivo, que muitas vezes pode até não ser compreendido, pela ênfase com que ele coloca e isso é próprio dos italianos apaixonados pelas causas que defendem e o deputado Neivo é um apaixonado por essa questão ambiental e pelas questões da Sanepar.

A questão que coloco e pude ouvir ainda mais recentemente, tive que me ausentar algumas vezes do plenário para atender alguns outros compromissos, mas a questão que se coloca é que existe uma parcela significativa da população, que são os consumidores de água da

Sanepar, que estão reclamando ainda, existem ainda reclamações ou, pelo menos, comentários de que a água não atende aqueles parâmetros estabelecidos pelo próprio Ministério da Saúde. Se não me falha a memória, a Portaria nº 36 do Ministério da Saúde estabelece alguns parâmetros: não pode ter cheiro, não pode ter sabor, não pode ter cor, tem que ser límpida, tem que ser cristalina. Essa coisa toda, quer dizer, e em um determinado momento isso não aconteceu. Se fosse mercadoria, vamos dizer, um televisor, se fosse um feijão, um arroz que você compra no supermercado você poderia acionar o Procon e você teria a mercadoria reposta ou o dinheiro pago por aquela mercadoria reposta. E a Sanepar, pelo que me consta, não repôs a ninguém o dinheiro que recebeu pelo fornecimento de um produto que não atendia os princípios estabelecidos pelo Ministério da Saúde e que talvez fosse, e tenho certeza que é, a vontade de fornecer um produto de qualidade. Não forneceu, tanto que criou toda essa celeuma.

Na questão das algas que pelo que ouvi, li em jornais e tudo mais, que o problema foi o surgimento das algas. Então, faço o seguinte questionamentos: após a construção da barragem, quais foram, efetivamente - e se já foi respondido me perdoe, porque como já disse, tive que sair alguns instantes, aqui do Plenário - quais foram as medidas mitigadoras ou compensatórias tomadas pela Sanepar para evitar o problema das algas? E depois da construção da barragem o que se fez para impedir a presença das algas, já que outras barragens tinham apresentado problemas com algas, como foi dito aqui. Considerando a presença de algas cianofíceas, azuis, quais foram os procedimentos? Quais foram os resultados dos exames para detectar a presença das cianotoxinas? Já que temos algas azuis, temos a possibilidade das cianotoxinas que é um problema bastante sério; qual a metodologia utilizada para a solução do problema? Quais foram as providências tomadas para impedir a presença das algas e quais foram as providências, posteriormente, para isso? Se foram tratadas com substâncias químicas ou com ozônio? E quanto custou isso? Se é que temos possibilidade de saber. E uma última questão, o porquê da multa por exploração do Aquífero de Karst, que os jornais trazem, se não me falha a memória, até no dia de hoje, que a Sanepar estaria sendo multada por explorar o Aquífero de Karst?

Então, são esses questionamentos bem diretos, até porque as outras questões mais emblemáticas já foram levantadas pelos deputados.

O SR. CARLOS AFONSO TEIXEIRA DE FREITAS

Acho que quanto às suas palavras iniciais, gostaria, até por uma questão de respeito a esta Casa, de respeito a todos os deputados que aqui estão, em respeito à presidência e em respeito a tudo que foi estabelecido que jamais me furtei de dar qualquer resposta às indagações feitas pelo deputado Neivo Beraldin, dentro da Comissão Especial de Investigação.

Tenho levado com a mesma tranqüilidade, com a mesma presteza essas informações e em respeito, naturalmente, como repito agora, achamos que essa reunião seria específica para tratar desse assunto. Posso, assim como todos os deputados têm sido muito francos e muito claros nas suas colocações, dizer que de certa forma impacta um pouco a forma, não digo que é a forma de italiano, uma forma agressiva do deputado Neivo se dirigir à minha postura diante a Sanepar.

Sou paranaense, sou curitibano, represento na Sanepar o acionista majoritário, o Governo do Estado do Paraná e não estou a serviço de nenhum grupo que não seja do grupo de interesse da população do Estado do Paraná, do Governo do Estado do Paraná. E por essa razão, as vezes, fico um pouco indignado pela forma um pouco deselegante de colocarem as coisas. Mas, estou absolutamente à disposição de todos os senhores deputados para esclarecer qualquer dúvida que exista quanto à nossa conduta, quanto a forma como dirigimos as questões de interesse da Sanepar.

Respondendo especificamente a sua pergunta em relação a represa do Iraí, deputado: a Sanepar desenvolveu, em conjunto com a Defesa Civil, em conjunto com a Comec, em conjunto com o IAP, em conjunto com a Emater, em conjunto com a Secretaria da Saúde Pública do Estado do Paraná, Vigilância Sanitária e todos os municípios lindeiros à barragem do Iraí, uma operação emergencial até, após a identificação da proliferação das algas, para fazer uma nova varredura em todos aqueles agentes que eventualmente estivessem trazendo alguma contribuição de matéria orgânica, de nutrientes que fomentaram a proliferação daquelas algas. São mais de 30 ações específicas de manejo, de fiscalização, de controle, de recuperação de instalação para evitar e recuperar a perfeita condição de funcionamento daquele manancial. E acreditamos, sinceramente, que isso já está surtindo efeito. Como comentei, a água que está sendo utilizada da represa para a potabilização tem permitido, dentro da tecnologia e das instalações existentes, um perfeito enquadramento dessa água àqueles padrões estabelecidos na Portaria 36 do Ministério Público. E por isso afirmamos com tanta convicção que a água é rigorosamente segura para a ingestão por toda a população da região metropolitana. Não tem nenhum ingrediente químico adicional que esteja sendo colocado na água para melhorar as condições de tratamento. A adição que se faz é de carvão ativo, que faz a absorção daquelas substâncias voláteis existentes da geosmina, gerados pela morte das cianobactérias, que, portanto, não comprometem a qualidade da água, não produzem novos ingredientes químicos a esse produto.

A utilização do ozônio está prevista, sim, e é a forma mais adequada para tratamento de água dessa natureza. A nova estação de tratamento do Iraí que foi construída já, como comentei anteriormente, com uma técnica adequada para tratamento de algas dessa origem, vai ter sim um sistema de ozonização e um sistema de filtragem

em leito duplo de carvão ativo granular para eliminar totalmente, não só o inconveniente do odor, do sabor, mas também até a possibilidade de uma eventual geração de algumas toxinas por essas algas. O sistema será absolutamente seguro com todas essas providências. Análises foram feitas dentro de tão logo, tão imediato, foi identificado o problema, amostragens foram feitas, análises dessas algas foram executadas, não só nos laboratórios da Sanepar, como em laboratórios especializados em São Paulo e no Rio Grande do Sul. Os professores mais renomados dentro do Brasil e fora, avaliaram essa questão da possibilidade da geração de toxinas, eliminaram pela classe, pela qualidade das algas que foram identificadas, eliminaram a possibilidade da geração de toxinas nessa floração.

Portanto, há absoluta tranqüilidade de nossa parte quanto a todos esses aspectos.

Em relação ao último quesito que o senhor formulou, deputado, em relação à multa que teria sido estabelecida pelo Ibama, nós realmente estranhamos muito o fato, fomos surpreendidos pela emissão daquela multa, porque de acordo com todo o entendimento durante a fase de licenciamento da exploração, dos testes que estão sendo feitos no Aquífero Karst, os nossos contatos foram com o IAP e com o Ibama que, em conjunto, delegou ao IAP a competência para essas licenças prévias e licença de instalação e posteriormente a licença de operação. Então, todas elas foram concedidas pelo IAP e agora fomos surpreendidos por essa posição do Ibama. Estamos recorrendo e temos certeza que isto será revisto, reavaliado pelo próprio Ibama.

O SR. ORLANDO PESSUTI

Fiz justamente esta pergunta porque a mim me pareceu que tanto nesta questão da construção da barragem, do represamento posterior, não se tomaram as necessárias precauções em vista principalmente do local em que esta barragem ia se formar, este lago ia se formar. Quer dizer, todo esse entorno existente, quer dizer, Adauto Botelho, o presídio, o próprio parque de exposições, a presença do Iapar, da Universidade Federal do Paraná, dessas indústrias, quer dizer, a própria composição do solo na região, a mim me pareceu que não se tomaram as devidas precauções, os devidos cuidados e fica até parecendo o seguinte: ou não houve um bom relatório de impacto ambiental ou até este relatório de impacto ambiental foi ajustado posteriormente à formação do lago.

Quer dizer, fica esta dúvida na cabeça da gente, porque conhecendo a história da Sanepar, conhecendo a preocupação da Secretaria do Meio Ambiente, do Ibama, conhecendo a preocupação que deve existir em relação a água era de se esperar que no caso da barragem do Iraí, por ser na região em que é, e a possibilidade de ocorrência de problemas, teria que ter sido feito de repente um relatório de impacto ambiental até mais detalhado e mais aprofundado e tomado todas as precauções. E fiz a per-

gunta do Karst por causa disto também, por que está sendo multada a Sanepar pelo Ibama? Será que se tomaram neste caso também todas as precauções, todas as providências, fizeram os necessários relatórios? Quer dizer, nós estamos com problema na questão da barragem do Iraí, por quê? Porque alguma coisa não foi feita!

Faltou fazer alguma coisa. Estamos sendo multados agora pelo Ibama na questão do Karst. Por que estamos sendo multados? Porque alguma coisa de repente deixou de ser feita!

E finalmente, ainda dentro desta réplica, eu não sei se já foi respondido, mas vejo aqui no requerimento do deputado Neivo, aprovado pela Assembléia, no item D, diz o seguinte: por que a Sanepar vai transferir o esgoto dos presídios para a estação de tratamento de Piraquara, se o mesmo novamente irá ser despejado no Rio Iraizinho que também faz parte da captação de água?

Faço esta pergunta de novo porque durante a explanação, ouvimos que vão ser adotadas algumas medidas agora pela Sanepar, no sentido de não só o tratamento ser feito pelo Aduato Botelho, pelas outras empresas, pelas outras instituições, mas a própria Sanepar vai agora também tomar este cuidado, mas daí eu vejo na afirmação que faz o deputado Neivo em seu requerimento, que vai ser utilizada a estação de Piraquara e que de novo esses efluentes vão voltar para a barragem.

Então como é que fica esta situação?

Era isto, senhor presidente.

O SR. CARLOS AFONSO TEIXEIRA DE FREITAS

Só esclarecendo, deputado, os efluentes das estações de tratamento, tanto da penitenciária quanto do Hospital Aduato Botelho, que já são tratados, esses efluentes promovem uma redução de carga orgânica perfeitamente compatível com os cursos receptores daquele efluente. Entretanto, além da redução de carga orgânica tem nutrientes que servem para desenvolvimento das algas, que proporcionam e estimulam o crescimento dessas algas.

Por isso, eles vão ser retirados também do corpo da barragem e vão ser lançados para serem reprocessados na estação de Piraquara nesta fase e que é lançado no Rio Iraizinho que está ajuzante da barragem, portanto, não vai mais chegar à barragem; vai ser jogado no rio, após o barramento do rio Iraí. E com o nível de tratamento que é dado, não altera absolutamente a classe do rio, do corpo receptor, o que está perfeitamente adequado e atendendo às exigências ambientais, portanto, não causam nenhum problema.

E numa fase posterior que será quando da conclusão da segunda etapa das obras do Paranapanema e esses efluentes também de Piraquara, do esgoto tratado em Piraquara virão a ser lançados na estação de tratamento do Atuba, e aí sim o efluente da estação de tratamento do Atuba será lançado em rios que não mais fazem parte da área de mananciais da região metropolitana.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Não tendo nenhum orador inscrito conforme o regulamento nós temos, aí, o espaço de 5 minutos para as lideranças partidárias.

Consulto se as lideranças partidárias desejam usar este espaço.

O SR. NEIVO BERARDIN

Uso o horário do PSDB.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Apenas o deputado Neivo Berardin pelo PSDB, pelo prazo de 5 minutos, não serão permitidos apertes.

O SR. NEIVO BERARDIN

Apenas para uma constatação da Casa referente ao acordo de acionistas do estatuto social, o Governo do Estado detentor de 60% das ações ordinárias da Sanepar, indicou apenas um representante no acordo de acionista da companhia, enquanto o Grupo Dominó Holding indicou 2 representantes, onde, quem tem mais manda, menos, onde tem menos, manda mais. Ao todo são 7 diretorias sendo 4 do Governo e 3 do Grupo Dominó Holding, a diretoria executiva possui 59 atribuições estatutárias, das quais 35 são do Grupo Dominó Holding e 24 são do Governo. Vejam o absurdo. O número de empregados total da Sanepar é de 4215, incluindo 3869 do quadro próprio e 346 contratados junto à empresa Mercado, dos quais, 3671 estão no comando do Grupo Dominó, representando 87% e 544 com o Governo, representando 13%.

O número total de gerentes da Sanepar é de 89, sendo que 76 estão no comando do Grupo Dominó Holding, representando 85% e 13 estão, sob o comando do Governo, representando 15%.

O número de assessores, aí há uma paridade são 29, sendo 13 do Grupo Dominó Holding o máximo 45% e o Governo, 16 a 55%, são os que mandam menos, o Governo então tem mais assessores, a Diretoria de Operações, em cujo comando encontra-se um francês do Grupo Vivaldi, possui sob a sua hierarquia 3133 empregados do quadro próprio, mais 272 empregados contratados pela empresa Mercado, totalizando 3405 funcionários, ou seja 81% de todo pessoal da Sanepar. Possui, ainda 72 dos 89 gerentes, também equivalente a 81%, além dos 7 assessores, dos 29 que representam 24% total.

As principais atribuições estão em poder do Grupo Dominó como finanças, operações, comercialização, contratação de serviços, aquisição de materiais e controle de estoque, entre outros. Estas operações equivalem a 80% de todos os recursos movimentados pela empresa.

Ademais, 24 atribuições menos importantes ficaram com o Governo; onde existe duas das 4 Diretorias que administram apenas 3 atribuições, cada uma. Passem que diretor de Operações sozinho compreende 15 atribuições! O aspecto que agrava ainda mais a situação

conforme estatuto social da empresa é que não há segregação de função entre o Governo e o Grupo Dominó, uma vez que se encontram no Grupo Dominó as atividades de orçamento, contratação, aquisição de materiais e serviços, recebimento e pagamento de controle de estoque e, ainda a contabilização. O acordo de acionistas cita ainda o item 4.7 e 4.7.1, página 9, “sem prejuízo às demais atribuições, o diretor de operações, o diretor financeiro, o diretor administrativo e esse, do Governo, terão as atribuições de elaborar e aprovar, em conjunto, o plano de organização da companhia; a emissão das normas correspondentes, bem como as respectivas modificações.

Plano de negócios, conforme diante definido: - caso não haja consenso entre os diretores mencionado no presente item 4.7, quanto ao assunto nele referido, a decisão será tomada por maioria. Disposições diversas de acordo de acionistas,” aqui eu leio uma nota: “O senhor presidente, Carlos Afonso Teixeira de Freitas, assinando na condição de presidente da Companhia de Saneamento do Paraná, Sanepar, ao concordar com todo teor do acordo de acionista, bem como, tendo a ciência da minuta do Estatuto Social decorrente do referido acordo, pois rubricou a sua capa, demonstra total falta de zelo pelo patrimônio público do Paraná, a quem caberia a obrigação precípua de preservá-lo como empregado de carreira, apesar de aposentado, perdendo, por conseguinte, a independência necessária da continuidade do cargo da Presidência da Sanepar.”

Deixo, evidentemente, no final da minha exposição, a palavra para que o presidente da Sanepar questione o que eu acabo de ler aqui que está devidamente comprovado e aprovado, com documentos do próprio estatuto da empresa.

Então, eu não sou apenas italiano, presidente, o senhor não me veja como um homem bom e nem como homem mau, me veja como um homem justo. Eu estou sendo exatamente assim, com V. Sa.

Vendo os números, vendo os dados, verificando a questão contábil da empresa e sobre tudo o Estatuto, infelizmente V. Sa. não pode dizer que não é verdade, pois aqui está a cópia, e todos poderão ter acesso e evidentemente a Sanepar, hoje, é um bom negócio entre amigos, é a própria característica desse Governo, faz do governo um grande negócio!

A Sanepar tornou-se um grande negócio nas mãos de uns poucos, enquanto investimento carece na área social. Senão vejamos, vejam qual é o custeio que tem a Sanepar antes da Vivaldi, antes da venda do Governo do Estado, veja como era feito o investimento da Sanepar, na área social. Onde está o investimento na área social? Não há, é zero! Hoje a taxa de ligação é super alta! Então, acho que eu já disse bastante, mas antes de encerrar, porém, queria dizer a V. Sa., que eu exerço a função de deputado estadual, não é a função do amigo, da pessoa que tem cordialidade, da pessoa que tem contato social, da pessoa que tem respeito pelo ser humano. Eu exerço a

minha função, que é fiscalizar. A função é corrigir toda aquela administração pública que não esteja adequada, conforme determina o valor maior, a ética, na administração pública.

O SR. NEREU MOURA (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, o Sr. Teixeira vai fazer alguma colocação com relação a isso?

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Não, não pode, já encerrou o prazo das inscrições das perguntas, agora abrimos o prazo de 5 minutos para as lideranças partidárias.

O SR. NEREU MOURA

Mas o presidente da Sanepar pode ter direito!

Senhor presidente, quero dizer que nós, deputados, aqui representamos um Poder, o Dr. Teixeira representa outro, o Poder Executivo e o Poder Legislativo - não tem nada de ordem pessoal, é impessoal, são poderes, por isso eu não me preocupo naturalmente com a questão pessoal, se a minha posição pode ser olhada com simpatia ou antipatia porque eu estou representando um Poder.

Quero dizer que no início dessa Sessão, eu levantei uma questão de ordem até para reclamar do requerimento deputado Neivo, porque nós temos que cumprir o Regimento Interno desta Casa. Temos que cumprir, sim! O Regimento é feito para que possamos balizar as discussões.

Por isso, eu tinha várias questões a levantar com o Dr. Teixeira, para que ele venha responder a assuntos da mais alta gravidade, que é da sua lavra, Dr. Teixeira.

Entreí no Ministério Público, particularmente nosso Partido, questionando uma reunião do Conselho da Administração da Sanepar, que elevou o seu salário a mais de 20 mil reais, dos diretores da Sanepar.

Gostaria que V. Exa. solicitasse que a platéia não se manifestasse, senhor presidente, porque não pode se manifestar aqui na Casa. Há de haver respeito pela Casa e pelos deputados que estão falando.

Então, nós propusemos ao Ministério Público uma representação, para que o Ministério Público fizesse uma investigação pormenorizada disto. Mas, há outras questões já alavancada pelo deputado Neivo Beraldin e que mereceriam uma análise, um esclarecimento de dúvidas, porque senão nós ficamos com a dúvida. E, às vezes, a realidade não é aquela que pensamos, porque aqui nesta Casa, Dr. Teixeira, infelizmente, a bem da verdade, não é exclusivamente do governo Lerner. Isto é um pensamento do Poder Legislativo, que é um erro. Aqui nesta Casa dificilmente passa um Pedido de Informações para que o Governo esclareça alguma dúvida que tenham os deputados, sobretudo os da Oposição. O governo tem maioria aqui na Casa.

Então, o que é que fica? Fica o convencimento daquilo que nos é repassado. E às vezes, se nós tivéssemos a oportunidade de receber informações mais preci-

osas, mais contundentes, pudéssemos esclarecer muitas dúvidas que pairam no ar. Por isso, sua vinda aqui é importante: ganha o Poder Legislativo, ganha a Sanepar, porque V. Sa. abordou o assunto do Iraí, mas nós poderíamos ter aproveitado melhor sua presença na Casa, hoje.

Então, vamos apresentar um requerimento amplo, para que todas as dúvidas - e eu creio que V. Sa., como homem público, também tem o sentimento de esclarecer tudo aquilo que há dúvidas, em relação ao seu governo à sua administração frente à Sanepar.

É por isso que eu aproveito, então, este momento, senhor presidente, deputado Elio Rusch, para dizer ao presidente da Sanepar - e volto, aqui, a frisar aos meus colegas - eu fui à Sanepar uma vez, durante estes sete anos que V. Sa. está lá como presidente da Sanepar, e que eu estou aqui como deputado. Não foi necessário ir à Sanepar. Mas eu não tenho absolutamente nada, pessoalmente, contra V. Sa.. Eu represento um Poder. Sou representante do povo do Paraná, como todos os deputados desta Casa, e temos o dever e a obrigação de buscar esclarecer os pontos que tenhamos dúvidas.

É por isso que iremos apresentar um requerimento para convocar V. Sa. aqui, novamente, para podermos fazer um grande debate em relação aos diversos assuntos que temos dúvidas, em relação à sua administração à frente da Sanepar.

O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

Ninguém mais desejando usar o horário, deixamos cinco minutos à disposição presidente da Sanepar, para suas considerações finais.

O SR. CARLOS AFONSO TEIXEIRA DE FREITAS

Agradeço, presidente, o espaço.

Gostaria apenas de deixar meu agradecimento ao convite para esta participação aqui na Assembléia Legislativa. Sinto-me muito honrado de discutir, trocar idéias, esclarecer as dúvidas dos senhores deputados. E confesso, que pelas colocações aqui feitas, me sinto até bastante envaidecido, porque um presidente que não tem autoridade nenhuma, que não tem atribuições de autoridades da empresa, que consegue os resultados que temos conhecido, teria que admitir, até sem falsa modéstia, que sou extremamente competente, presidente.

Então, agradeço a todos pelas colocações, pela forma tão simpática e educada que fizeram as colocações, e me mantendo à disposição desta Casa de Leis.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para quarta-feira, dia 29, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei nºs 104 e 391/2000, 88 e 123/2001.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 239/2000, 249, 266, 276, 278 e 286/2001.

Levanta-se a Sessão.